

Veículo: Correio*	
Data: 27/05/2021	Caderno: Economia

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER



CPF na nota? Usuários cadastrados vão participar de sorteio de R\$ 1 milhão

Veja como concorrer

CPF na nota? Na dúvida, se cadastre e responda sim. Os participantes da Nota Premiada Bahia que colocarem seus dados nas notas fiscais até a próxima segunda (31) concorrerão a R\$ 1 milhão, em sorteio.

A campanha de cidadania fiscal é do Governo do Estado. O sorteio será realizado no dia 30 de junho e terá um único ganhador. Concorrem neste sorteio especial os bilhetes de compras realizadas com o CPF na nota fiscal entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

Quem ainda não está cadastrado pode participar. Basta acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, fazer um cadastro e pedir para colocar o CPF na nota sempre que fizer compras.

Além desse sorteio milionário especial, a Nota Premiada realiza sorteios regulares. O de junho será realizado no dia 17, contemplando 91 participantes com um prêmio de R\$ 100 mil e outros 90 de R\$ 10 mil. Neste caso, concorrem apenas as notas registradas neste mês de maio.

Os resultados dos sorteios regular e especial serão publicados no site da Nota Premiada Bahia, em "Sorteios" => "Relação de Ganhadores", e nas redes sociais da Sefaz-Ba: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter.

Solidariedade

No ato do cadastro, o participante pode escolher até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade para compartilhar as suas notas eletrônicas. Uma instituição deve ser da área social, e outra da área de saúde.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 597 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.587 pessoas, das quais 1.013 moram na capital, 573 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje totalizam 527. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades. Novo repasse deve acontecer nos próximos dias, elevando esta cifra para R\$ 40,8 milhões.

Placas de final 5 e 6 têm desconto de 5% no IPVA; veja detalhes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação iBahia

Donos de veículos com placas de final 5 e 6 podem aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. As ofertas vencem nesta quinta (27) e na sexta (28), respectivamente.

Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto.

Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 5, 6, 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

Veículos com placas de final 5 e 6 têm últimos dias de desconto de 5% no IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Vencem nesta quinta (27) e na sexta (28), respectivamente, os prazos para os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 aproveitarem o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 5, 6, 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Todas as informações poderão ser consultadas no site www.sefaz.ba.gov.br

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Projeto de isenção de até 50% do IPVA para motoristas de aplicativo é aprovado em Salvador



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O projeto de isenção de até 50% da taxa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) para motoristas de aplicativo foi aprovado na quarta-feira (26), pela Câmara Municipal de Salvador. A decisão vale para os exercícios de 2021 e 2022 para motoristas por aplicativo de toda a Bahia, mas ainda precisa de aprovação do **governo da Bahia**.

Apesar de ter sido votado na Câmara Municipal, como trata-se de um imposto estadual, o projeto precisa passar pela sanção do governador **Rui Costa**. De acordo com a assessoria da Câmara, vereadores podem apresentar projetos da esfera estadual e federal, para que sejam avaliados.

O projeto é de autoria do vereador Átila do Congo (Patriota) e, segundo informações da Câmara, surgiu após a prorrogação da taxa de Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e **Serviços (ICMS)** para os comerciantes da Bahia por decisão do governador da Bahia.

A medida visa reduzir os impactos financeiro da categoria após um ano de oscilação no comércio, por causa da pandemia da Covid-19, além restrições de circulação de pessoas, que teria causado prejuízo ao rendimento mensal dos trabalhadores.

Assista aos vídeos do G1 e TV Bahia ??

Ouçã 'Eu Te Explico' ??

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Serviços | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS,IPVA

Veículo: Correio*	
Data: 27/05/2021	Caderno: Economia



Governo estadual envia à Alba proposta de ajustes no texto da Reforma da Previdência

Um dos ajustes propostos diz respeito ao cálculo da média das gratificações variáveis para servidores que se aposentam com integralidade

O governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), nesta quinta-feira (27), uma Proposta de Emenda da Constituição (PEC) que prevê ajustes técnicos e de ordem legal no texto da Emenda Constitucional nº 26, da Reforma da Previdência Estadual. A nova proposta não prevê mudanças nas regras dos benefícios previdenciários, mas apenas alterações textuais com o objetivo de tornar o conteúdo da legislação mais claro e de fácil aplicação.

“Nosso objetivo foi aperfeiçoar o texto constitucional e dar segurança e celeridade aos cálculos dos proventos”, explica o superintendente de Previdência do Estado, Eduardo Matta. Ele reitera que a nova PEC “não prevê modificações nas regras previdenciárias em vigor relativas, por exemplo, a idade, tempo de contribuição, cálculo de proventos, regras de transição ou alíquotas”.

Ainda de acordo com o superintendente, um dos ajustes propostos diz respeito ao cálculo da média das gratificações variáveis para servidores que se aposentam com integralidade – ou seja, com direito a ter seu benefício calculado com base na remuneração do cargo efetivo.

Com o texto da emenda atualmente em vigor, este cálculo é feito com base na média de todo o tempo em que o servidor recebeu a gratificação. “Com a alteração, passará a ser observada apenas a média dos últimos 10 anos, o que facilitará bastante o cálculo e a concessão do benefício”, explica o superintendente.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 27/05/21	



Bahia Econômica
ARMANDO AVENA

GOVERNO ESTADUAL ENVIA À AL-BA PROPOSTA DE AJUSTES NO TEXTO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA



admin 27 Maio, 2021

O governo baiano encaminhou à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), nesta quinta-feira (27), uma Proposta de Emenda da Constituição (PEC) que prevê ajustes técnicos e de ordem legal no texto da Emenda Constitucional nº 26, da Reforma da Previdência Estadual. A nova proposta não prevê mudanças nas regras dos benefícios previdenciários, mas apenas alterações textuais com o objetivo de tornar o conteúdo da legislação mais claro e de fácil aplicação.

“Nosso objetivo foi aperfeiçoar o texto constitucional e dar segurança e celeridade aos cálculos dos proventos”, explica o superintendente de Previdência do Estado, Eduardo Matta, ao reiterar que a nova PEC “não prevê modificações nas regras previdenciárias em vigor relativas, por exemplo, a idade, tempo de contribuição, cálculo de proventos, regras de transição ou alíquotas”.

Segundo o superintendente, um dos ajustes propostos diz respeito ao cálculo da média das gratificações variáveis para servidores que se aposentam com integralidade – ou seja, com direito a ter seu benefício calculado com base na remuneração do cargo efetivo.

Com o texto da emenda atualmente em vigor, este cálculo é feito com base na média de todo o tempo em que o servidor recebeu a gratificação. “Com a alteração, passará a ser observada apenas a média dos últimos 10 anos, o que facilitará bastante o cálculo e a concessão do benefício”, explica o superintendente.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 27/05/2021	



Governo estadual envia à Assembleia Legislativa proposta de ajustes no texto da Reforma da Previdência

27 maio 2021

O governo baiano encaminhou à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), nesta quinta-feira (27), uma Proposta de Emenda da Constituição (PEC) que prevê ajustes técnicos e de ordem legal no texto da Emenda Constitucional n° 26, da Reforma da Previdência Estadual. A nova proposta não prevê mudanças nas regras dos benefícios previdenciários, mas apenas alterações textuais com o objetivo de tornar o conteúdo da legislação mais claro e de fácil aplicação.

“Nosso objetivo foi aperfeiçoar o texto constitucional e dar segurança e celeridade aos cálculos dos proventos”, explica o superintendente de Previdência do Estado, Eduardo Matta, ao reiterar que a nova PEC “não prevê modificações nas regras previdenciárias em vigor relativas, por exemplo, a idade, tempo de contribuição, cálculo de proventos, regras de transição ou alíquotas”.

Segundo o superintendente, um dos ajustes propostos diz respeito ao cálculo da média das gratificações variáveis para servidores que se aposentam com integralidade – ou seja, com direito a ter seu benefício calculado com base na remuneração do cargo efetivo.

Com o texto da emenda atualmente em vigor, este cálculo é feito com base na média de todo o tempo em que o servidor recebeu a gratificação. “Com a alteração, passará a ser observada apenas a média dos últimos 10 anos, o que facilitará bastante o cálculo e a concessão do benefício”, explica o superintendente.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 27/05/2021	



Seis municípios baianos serão beneficiados com mais de 1,3 mil empregos

27 maio 2021



Foto: Divulgação

Investimentos previstos em R\$ 216,2 milhões e geração de 1,3 mil novos postos de trabalho foram anunciados durante a assinatura de protocolos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), nesta quinta-feira (27). Seis municípios baianos (Jequié, Itaberaba, Camaçari, Serrinha, Amélia Rodrigues e Juazeiro) serão beneficiados com a implantação e ampliação de oito unidades industriais. Assim, serão promovidos 911 empregos diretos e mais 401 indiretos.

“Todos esses protocolos, que nós estamos assinando hoje, foram fruto do trabalho do vice-governador João Leão. Tenham certeza, continuaremos trabalhando dia e noite para transformar a matriz econômica da Bahia, pois precisamos interiorizar a industrialização, levar investimentos, empregos e melhorar a renda das pessoas que moram, sobretudo, nas cidades mais distantes”, destaca o secretário da SDE, Nelson Leal.

Em processo de implantação, a empresa Mistura deve instalar, no município de Jequié, empreendimento voltado à distribuição de produtos diversos, com investimentos estimados em R\$ 1,8 milhão e pretensão de gerar 16 novos empregos diretos. Em Serrinha, a Explog Comércio e Logística em Explosivos deve investir R\$ 4 milhões na instalação de sua unidade e pretende promover a geração de 180 empregos.

Já a 2JBS Bahia implantará, em Amélia Rodrigues, uma indústria destinada à fabricação de fogão, cooktop, ventilador, liquidificador, sanduicheira e micro-ondas, com investimentos de até R\$ 80 milhões. A empresa prevê a geração de 450 empregos diretos e mais 200 empregos indiretos.

“Primeiro gostaria de agradecer ao Estado da Bahia pelo suporte. É uma empresa que chega para atender o estado da Bahia e também o nordeste, vai gerar 450 empregos diretos e 200 indiretos, previsão de faturamento de R\$ 400 milhões, e que vem forte para atender essa demanda do nordeste no segmento de eletrodomésticos”, ressalta Daniel Costa, representante da 2JBS Bahia Indústria de Eletrodoméstico.

A Rudolf Industrial investirá R\$ 1,2 milhão para instalar uma fábrica, em Camaçari, que produzirá cabos postensados para torres eólicas e insertos metálicos para torres eólicas. A previsão é de que sejam criados 180 empregos diretos.

O município de Jequié também será beneficiado com a implantação da Vida Comércio e Industrialização de Alimentos, que é voltada para a produção de trigo para kibe, rações para pássaro, arroz, flocão de milho, creme de milho, fubá de milho, canjica amarela, milho de pipoca, chocolate em pó, sal, açúcar em sachê, aveias e derivados, açúcares, feijões. A empresa deve investir até R\$ 26 milhões e gerar 45 novos postos de trabalho.

Em processo de ampliação, a Ceramus Bahia deve investir R\$ 87 milhões para ampliar e modernizar a sua unidade em Camaçari. A empresa é para fabricação de revestimentos cerâmicos e deve gerar 7 novos postos de trabalho. A Imperial Alimentos deve investir R\$ 14,5 milhão na ampliação da fábrica localizada em Juazeiro e prevê a geração de até 74 empregos diretos.

Já a EBL – Empresa Brasileira De Liofilização vai expandir a unidade fabril, no município de Itaberaba. A fábrica é destinada à produção de frutas liofilizadas e leite de coco em pó e tem o investimento provisionado em R\$ 1,5 milhão, com a previsão de criar 42 empregos.

Fonte: Ascom/SDE

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os conteúdos assinados e publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

Tecnologia antecipa uma nova indústria

Não há alternativa: o novo cenário de desenvolvimento, acelerado pela necessidade de distanciamento físico durante a pandemia, está inevitavelmente relacionado à inteligência artificial e aos novos padrões de sociabilidade resultantes do maior convívio pela internet.

A defesa desta aurora digital esteve no centro do debate promovido em mais uma edição da Série Diálogos Fieb, com a participação de especialistas para discutir as tendências que vão impactar a indústria do futuro.

No encontro em meio virtual, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) convidou Shefic Khouri, da Faurecia Ford North America, e Erick Sperandio, pesquisador e professor de inteligência artificial e modelagem computacional do Senai Cimatec.

– A tendência é uma indústria automobilística cada vez mais verde e renovável, pela necessidade do consumidor, legislação e chegada dos veículos movidos a eletricidade – projetou Shefic Khouri.

Para Khouri, até 2030, a mudança dos veículos com motores a combustão para os elétricos já deverá ter ocorrido, por ser uma imposição do mercado, do meio ambiente e da tecnologia das montadoras.

Professor Erick Sperandio prevê uma indústria pautada pelos avanços científicos e tecnológicos, como o sensoriamento dos processos de produção e de gestão, financeiro e administrativo, abrangendo todos os setores.

A transformação, concordam os especialistas, já vem acontecendo e tomou maior impulso devido à necessária migração de rotinas produtivas presenciais para o ambiente digital, sem possibilidade de retorno ao paradigma anterior, uma vez consolidado o novo padrão.

“O mundo começou a vacinar no dia 8 de dezembro. O Brasil poderia ter sido o primeiro país do mundo a iniciar a vacinação, se não fossem esses percalços, tanto contratuais como de regulamentação”

DIMAS COVAS, diretor do Instituto Butantan, em depoimento ontem à CPI da Covid no Senado Federal



Rafael Martins / Ag. A TARDE

HORIZONTES | Enquanto os horizontes insistem em assinalar nosso diminuto tamanho diante da vida, do mundo, do futuro, nos resta lembrar que cada um deles está sendo construído nesse agora, com nossos atos mínimos, coletivamente enormes.

Comitiva portuguesa na BA

O vice-governador e secretário do Planejamento, João Leão, recebeu ontem uma delegação do governo de Portugal para debater investimentos portugueses na Bahia, além do fortalecimento da cooperação técnica entre as partes. Os secretários de Desenvolvimento Econômico (SDE), Nelson Leal, Turismo (Setur), Maurício Bacelar, e de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), Leonardo Góes, acompanharam a reunião, que também contou com a presença de Ricardo Alban, presidente da Fieb.

– Nesta reunião, apresentamos o Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco baiano, que será a nova fronteira agrícola e industrializada do Estado. Falamos ainda de um projeto hídrico que a SIHS está desenvolvendo – destacou Leão.

Inteligência no PJBA

O Poder Judiciário da Bahia (PJBA) passará a contar com um Núcleo de Inteligência conforme a Resolução nº 10, aprovada pelo Tribunal Pleno, e publicada ontem no Diário da Justiça Eletrônico. A Comissão Permanente de Segurança do PJBA tem o prazo de 120 dias para implementação e adequação do novo órgão, que fará parte da estrutura da presidência do Tribunal, vinculado à Comissão de Segurança. O núcleo tem como objetivo desenvolver a atividade de inteligência institucional, subsidiando o processo decisório relacionado à segurança do Judiciário baiano.

Mineração depende do trem

O crescimento da atividade mineral nos últimos anos e a necessidade de um modal ferroviário capaz de funcionar para viabilizar o contínuo desenvolvimento do setor, devido à maior atração de investimentos.

Este foi o tema central do encontro para discutir a situação do transporte de cargas minerais por ferrovias na Bahia, entre o presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antônio Carlos Tramm e representantes da VLT Multimodal.

Empresa detentora da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), a VLT ocupa uma posição de protagonismo neste processo por ampliar as opções de transporte de cargas.

– Nós éramos o quinto, passamos para quarto e este ano nos tornaremos o terceiro maior produtor mineral do Brasil – disse Antônio Carlos Tramm.

Tramm negou ser contrário à renovação de contrato reivindicada pela VLI/FCA, mas antes de a prorrogação ser concedida, defende uma avaliação dos benefícios proporcionados pela empresa nos 25 anos de atividade na Bahia, além de uma análise dos próximos investimentos.

REDAÇÃO

O Homem Jacaré

Wanderley Ribeiro

Mestre em educação/Ufba, advogado/Ucsal, autor nas áreas de educação e direito, consultor

wanderleyribeiro@uol.com.br

Quando tanto se comenta que quem tomar a “vaChina” vai virar jacaré, fiquei preocupado. Será que vou virar jacaré? Tomei a primeira dose da vacina contra a coronavírus 2019 (Covid-19) na última quinta-feira, 13/5 p.p., Dia de Nossa Senhora de Fátima, dia em que minha avozinha, que, na intimidade da família, era chamada de “Mãe Dona”, acaso estivesse, ainda, nesse mundo de provas e expiações, completaria 100 anos. Desde então, tenho sentido enjoo, muita dor de cabeça e dores pelo corpo de modo geral, e, em es-

pecial, no braço que recebeu a aplicação da referida vacina. Até febre de 39° C surgiu!!!!

Lembrei do filme clássico “A Mosca”, onde o cientista, Seth Brundle, que inventou a possibilidade de teletransporte, por ter uma mosca entrado na cabine, sem que ele percebesse, quando ele fez uma demonstração desse citado teletransporte, começa a sofrer uma mutação e termina por transformar-se em uma

Fico pensando, se antes da segunda dose, marcada para 11/08, terei me transformado em um jacaré?

mosca.

Mais antigamente, o clássico livro do escritor tcheco Franz Kafka, “A Metamorfose”, quando, de repente, ao acordar, percebe o protagonista, Gregor Samsa, que se transformara numa barata!

Claro, os mais experientes, lembrar-se-ão do chamado “Homem Gabiru”: nos idos dos anos 1990 do Século XX, no Nordeste brasileiro (sempre nosso sofrido Nordeste!!! “O nordestino é, antes de tudo, um forte”, lembrava o grande Euclides da Cunha), surgia uma nova espécie (?) de homem. Devido à miséria, à pobreza, à pouca e inadequada alimentação na idade certa, o “Homem Gabiru” atingia, no máximo, salvo engano, 1,50 m de altura e tinha uma série de dificuldades de raciocínio, etc. etc. Em tempo: gabiru, conhecido como “rattu rattu”, é uma espécie de ratazana.

Como se observa, não há grande in-

ventividade de quem disse que, ao tomar a “vaChina”, a pessoa poderia virar um jacaré, etc. etc.

Fico pensando, se antes da segunda dose, marcada para 11/8 próximo, data que se comemoram cinco categorias, quais sejam, Dia do Advogado, do Gari, do Estudante, do Magistrado e do Garçom, terei me transformado em um jacaré? Serei eu o Homem Jacaré?

Penso, que, acaso venha a me transformar em jacaré, ou serei caçado — pois o Ministério do Meio Ambiente... —, tendo como fim o “freezer” de algum restaurante que sirva a requintada iguaria, ou transformado em bolsas ou artigos de luxo, a preços altíssimos, que a nossa classe alta e de outros países adquirem e valorizam, ou, ainda, iniciarei a Revolução dos Jacarés, parodiando o nosso George Orwell, com a sua “A Revolução dos Bichos”.

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

☹ Habeas corpus x ventriloquia

Sobre partes dos depoimentos de duas testemunhas na CPI da Covid: Pazuello munido de um habeas corpus para não falar, pareceu-me falar como um ventriloquo. Não mais parecia aquele homem apatetado na cena patética com o obsceno algoz Bolsonaro – ao ouvir: “Um manda e o outro obedece”. Coisa curiosa é um habeas corpus para não falar. Aristóteles, em sua teleologia na Grécia, já dizia que o homem fala com seu corpo. Logo, o habeas corpus deve ser a liberdade para falar. Nesta suprema ação para se calar, o homem fala como um ventriloquo. Pois a ética do bem dizer encontra sua finalidade na fala e não em calar-se em si mesmo. Perdoai, senhor ministro, o habeas corpus para não falar não é mais direito, é, sim, o sinistro ou avesso da lei que deve dar à palavra a verdade. ANTÔNIO CARLOS CAIRES ARAÚJO, CARLINHOSCAIRES@GMAIL.COM

☹ “Ditadura: servidão voluntária”

É o título do comentário do Sr. César Cantu, (Espaço do Leitor, 23/5), que, além de realçar o significado da preferência daqueles que “defendem o modelo ditadura”, define a própria ditadura como “um ato irracional” e seu pernicioso poder sobre o indivíduo e a sociedade. Diz ele: “Ultrapassadas duas das nossas características fundamentais: a racionalidade e a sociabilidade”. Uma minoria antidemocrática, com pretensões de pisotear e anular a Constituição Federal e cuja ambição maior é se perpetuar no poder pela força, usando da violência para eliminar aqueles que considera seus inimigos e submeter, também, os não inimigos aos seus ditames autoritários. Isto, também, é a ditadura. E como bem diz o Sr. César Cantu: “...Somente se pode admitir a defesa da ditadura como um ato de servidão voluntária”. A ditadura carrega nas suas entranhas o desejo perverso de censurar, perseguir e massacrar o outro. Viva as democracias! Abaixo as ditaduras!

de e a sociabilidade”. Uma minoria antidemocrática, com pretensões de pisotear e anular a Constituição Federal e cuja ambição maior é se perpetuar no poder pela força, usando da violência para eliminar aqueles que considera seus inimigos e submeter, também, os não inimigos aos seus ditames autoritários. Isto, também, é a ditadura. E como bem diz o Sr. César Cantu: “...Somente se pode admitir a defesa da ditadura como um ato de servidão voluntária”. A ditadura carrega nas suas entranhas o desejo perverso de censurar, perseguir e massacrar o outro. Viva as democracias! Abaixo as ditaduras!

A ditadura carrega nas suas entranhas o desejo perverso de censurar, perseguir e massacrar o outro. Viva as democracias! Abaixo as ditaduras!

☹ Festa verde

O Senado aprovou em 11/5 passado projeto de lei nº 1070/2021 que institui a campanha “junho verde” no âmbito da política ambiental, alterando a lei nº 9795, de 27/4/1999, que dispõe sobre política nacional de educação ambiental e prevê parcerias com escolas, universidades, empresas, igrejas e entidades da sociedade civil, inclusão do comércio e organizações representativas dos indígenas. A ser promovida anualmente pelos poderes públicos federal, estadual e municipal, visa desenvolver a conscientização ambiental da sociedade, impulsionando a discussão do tema nas agendas política, educacional, empresarial e midiática, debates, divulgação, sensibilização e práticas educativas atinentes às relações entre degradação ambiental e o surgimento de endemias, epidemias e pandemias para os impactos ambientais com repercussões em saúde pública. Observemos a extensão dessa campanha. A ideia surgiu da convergência de algumas datas alusivas ao meio ambiente durante o mês de junho. Causa perplexidade, diante da situação crítica que o país está mergulhado, senadores estarem articulando, apesar do tema, uma campanha quando o Brasil tem durante o ano dezenas de dias esquecidos, alusivos ao meio ambiente, desde a fauna (dia da tartaruga) até a flora (dia do milho). Temos

aí a Cúpula do Clima, a COP-26, o Licenciamento Ambiental, o Marco Legal de Saneamento: gestão do lixo, melhoria da qualidade da água, energia eólica, assuntos de suma importância a tramitar no Congresso. O papa Francisco é evocado na lei, ligando esse projeto a concepção da ecologia: “Encíclica Laudato si” – 2015. Ora, preocupação da Santa Sé com o meio ambiente é notória desde a Conferência de Estocolmo com Paulo VI (1972) até a de Joanesburgo com João Paulo II (2002), além de várias encíclicas. Como visto, o tema da lei de promoção da campanha “junho verde”, e toda mobilização envolve o comércio, quando sem perspectivas, fecha suas portas diante dessa pandemia assim como organizações representativas dos indígenas; hoje a presença indígena na cena política nacional revela muitos municípios administrados por prefeitos e vices, quase 100 vereadores e ainda deputados indígenas a defenderem principalmente seu povo da desnutrição, dessa da Covid-19 e invasão de suas terras; entretanto parece um povo apátrida. Julgar oportuno esse conjunto de ações, por lei, numa mobilização nacional, nesse momento, é como “passar a boiada”. Fica o risco de transformar essa campanha em um veículo de manifestações, marchas e protestos. Mentos férteis. THELMO GAVAZZA, TGAVAZZA@YAHOO.COM.BR

ECONOMIA

economia@grupotarde.com.br

& NEGÓCIOS

IRPF Prazo para entrega da declaração termina na próxima segunda, dia 31

atarde.com.br/economia
EMPREENDER Inventiva incentiva a produção de projetos de ciência, tecnologia e inovação na Bahia

Edital irá investir até 1,6 milhão em mulheres com ideias inovadoras

BRUNO BRITO*

Com o intuito de apoiar projetos de mulheres inovadoras da Bahia, será lançado hoje, às 14h, em evento virtual com transmissão pelo YouTube da Secti, o Edital Inventiva, da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb), que investe em ideias inovadoras e incentiva a produção de ciência, tecnologia e inovação. O edital, que conta com investimentos da ordem de R\$ 1,6 milhão, terá inscrições abertas para a seleção dos projetos até 23 de julho de 2021.

O edital, que procura estimular o empreendedorismo feminino com a geração de empresas de base tecnológica e com ideias inovadoras, está disponível no site da Fapesb, através do link: fapesb.ba.gov.br/category/edital. No entanto, para participar, os projetos devem estar inseridos em temáticas nos setores de biotecnologia, genética, tecnologia social, de inovação, dentre outros.

De acordo com a secretária estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Adélia Pinheiro, o lançamento do edital aliado ao apoio econômico é uma boa notícia, porque além de apoiar as



Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

Carolina Souza foi contemplada com o projeto SuperBugs – Alimentos Funcionais

produções científicas, irá proporcionar o reconhecimento do grupo feminino.

“As mulheres precisam ser apoiadas, para que aumentem sua participação nesse processo e nos empreendimentos de base tecnológica. Esperamos que o número de propostas seja grande, e que esse pro-

cesso auxilie o aprimoramento”, disse.

Segundo a secretária, as ideias podem estar inseridas nas mais diversas áreas do conhecimento. Ela também aproveitou para ressaltar, que as novas tecnologias não significam apenas equipamentos, mas também soluções simples, que consti-

tuem novas tecnologias, com importantes benefícios à sociedade.

“Buscamos mulheres com espírito empreendedor e criativo, que se sentem desafiadas por problemas concretos e buscam soluções. Isso é o que move o desenvolvimento e a criatividade, para o fazer cien-

tífico”, disse.

Datas

Após o fim das inscrições ao Edital Inventiva, os resultados da primeira seleção ocorrerão em 1º de outubro, segundo a titular da Secti. “Os aprovados irão cumprir um percurso de avaliação para a segunda fase, cujo resultado deverá ser publicado em meados de janeiro de 2022. E por fim, em fevereiro, o resultado final será publicado”, explicou.

Para quem foi contemplada em outro edital da Fapesb, no Centelha Bahia em 2019, como a professora da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia (Ufba) Carolina Oliveira de Souza, com o projeto SuperBugs – Alimentos Funcionais, que visa à implantação de uma empresa de base tecnológica à produção de insetos comestíveis, baseada nos princípios da economia circular e na sustentabilidade ambiental.

Para ela, o apoio financeiro da Fapesb é importante para transformar a ideia em um produto com potencial inovador para o mercado. “Para que a ideia se torne um produto, ela precisa ser testada e validada experimentalmente”, destacou Carolina.

PRORROGAÇÃO

Guedes: auxílio emergencial pode ser renovado

AGÊNCIA BRASIL

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo pode prorrogar o auxílio emergencial, caso a pandemia da Covid-19 se agrave no país e o programa de imunização não atinja níveis suficientes para a maior parte da população. Pelo prazo atual, o benefício será pago até julho.

Segundo o ministro, já existe uma proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada no ano passado, que permite o aumento de gastos para cobrir as necessidades de combate e reflexos da pandemia e, por meio dela, é possível estender o pagamento, como foi feito para este ano.

“Se Deus quiser, teremos dias melhores à frente e vamos celebrar também o fim dessa doença, mas o auxílio emergencial é uma arma que nós temos e pode, sim, ser renovado. Se, ao contrário do que esperamos, a doença continuar fustigando, e as mortes continuam elevadas, a vacina, por alguma razão não está chegando, tem que renovar, vamos ter que renovar”, afirmou Guedes, ao participar ontem do encontro Diálogos com a Indústria, realizado em um hotel de Brasília.

QUÍMICA

Frente de apoio à indústria química

DA REDAÇÃO

Os presidentes das câmaras municipais de Salvador, Geraldo Júnior (MDB), e de Camaçari, Júnior Borges (DEM), participaram ontem de uma audiência pública para debater e fortalecer a frente de combate à revogação do Regime Especial da Indústria Química (Reiq).

A audiência ocorreu no plenário da Casa Legislativa de Camaçari. A intenção da organização do evento foi mobilizar novas adesões à manutenção da Reiq, instru-

mento criado em 2013 com o objetivo de equilibrar a competitividade do setor químico brasileiro.

“Esta audiência é um marco histórico para os poderes legislativos”

GERALDO JÚNIOR, vereador

Segundo Manifesto pela Manutenção do Reiq, trata-se de um instrumento criado pela Lei nº 12.859, de 10 setembro de 2013, com o objetivo de garantir maior competitividade ao setor químico brasileiro por meio da desoneração das alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre a compra de matérias-primas básicas petroquímicas da primeira e da segunda geração.

Em seu discurso, Geraldo Júnior salientou que “a possível revogação pelo governo federal do Regime Espe-

cial da Indústria Química, denominado de Reiq, terá forte e irreversível impacto no setor petroquímico baiano e brasileiro”.

Ele também exaltou a parceria entre os legislativos municipais da RMS. “Esta audiência é um marco histórico para os poderes legislativos municipais da região metropolitana de Salvador, pois se constitui num poderoso instrumento de criação, fortalecimento e execução de políticas públicas integradas, o que as tornam muito mais eficazes e abrangentes”.

BANCO CENTRAL

Economia surpreende no 1º trimestre

AGÊNCIA BRASIL

A atividade econômica no primeiro trimestre de 2021 surpreendeu “favoravelmente”, com crescimento em quatro das cinco regiões do país, disse ontem o Banco Central (BC). Apenas a Região Norte apresentou recuo na economia no período.

A análise consta do Boletim Regional, publicado trimestralmente, e que traz a evolução, por região, de indicadores que repercutem as decisões de política mone-

tária, como produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros.

Segundo o documento, o cenário econômico sinaliza uma resiliência do processo de recuperação da economia. O BC avalia que, no curto prazo, os estímulos monetários, como os novos pagamentos do auxílio emergencial que começaram em abril e a chamada normalização da taxa Selic (atualmente em 3,5% ao ano), em um patamar considerado baixo, apesar de estar em trajetória de alta.

Dinheiro? Pra que dinheiro?

Fernando Barros

Publicitário e presidente do Conselho da Propeg

Não sou economista. Sou curioso como todo publicitário. Para exercer essa função, somos obrigados a nos especializar em quase tudo. Tenho estado intrigado com a ordem mundial dos dinheiros. O mundo vem produzindo em série ricos e riquezas aos borbotões. Estamos cercados por novos e velhos ricos. Muita gente comprando tudo (e todos). Sobram recursos, faltam produtos e ideias. Não estou sendo exótico. Não desprezo a pobreza. Muitos precisam de socorro, e os donos do capital não o têm preferido ainda. Mas não vai demorar.

A extravagância pede limites. Tenho a sensação de que essa avalanche de criptomoeças, já derretendo aliás, não passa de cópias das conhecidas “pirâmides”, assim como as escalafobéticas compras digitais: NFTs; tokens não fungíveis certamente não valem os milhares de dólares ou criptos a eles atri-

buídos. São vulgares cópias de símbolos digitais, que prometem ser exclusivos e indevassáveis até que um hacker venha impiedosamente raspá-los e reproduzi-los aos milhares, só de sacanagem.

“Carteiras digitais” crescem e são divulgadas como coleções de pura arte. Que arte? A própria essência do mundo digital é reproduzir à base de simples cliques tudo que entra e sai de suas máquinas, cada vez mais miniaturizados e baratos instrumentos atocados de – a essa altura velhos – bites. Morro de rir quando leio as barbaridades de compras clicadas!

Compra-se caro pagando em moedas ocas. Mas o que se passa na real? Excesso de dinheiro velho, moedas antigas que os bancos centrais dos grandes países esforçam-se em manter como referência mundial. Na verdade, o jogo e o trânsito de moedas transformaram-se num grande blefe. Mais ou menos na linha do antigo adágio do “eu finjo que lhe pago e você finjo que recebe” (risos).

Creio, estamos próximos de “desinventar” a invenção dos fenícios e uma nova ordem

econômica mundial surgirá.

As compras estratosféricas vão continuar existindo e contemplando os serviços ou bens desejados, mas parte disso pode ser creditado ao resgate social, promovendo a divisão das riquezas. Vejam que insight interessante: a lei que permite a compra e o uso particular de vacinas, por exemplo, obriga que metade dessas compras tenha destinação social.

Estendendo-se esse conceito para a erradicação da miséria, uma parte da com-

Como seria um mundo sem moeda, onde a miséria deixasse de existir e em que as doenças fossem erradicadas?

pra extravagante seria arrestada ou, mais suavemente dizendo, transferida para grupos de ONGs ou fundos transferidores de bens para necessidades.

Uma organização de âmbito e classe mundial faria supervisão e gestão desses bens, não conversíveis em “dinheiro antigo”. Não haveria mais pobres nem famintos. Os ganhos individuais gastos com excedentes seriam trocados em parte por confortos e cuidados humanos em grande escala.

A Fundação Gates deveria deixar de ser apenas simples laboratório de invenção de descargas higiênicas e já fabricar e distribuir milhares delas pelo mundo. A produção de alimentos, por exemplo, seria, nessa nova ordem, suficiente para acabar com a fome. Grandes quantidades de grãos e produtos de alimentação seriam repassadas como uma espécie de imposto social sem conversão de dinheiro.

As doenças seriam erradicadas, a capacidade e a velocidade dos laboratórios seriam capazes de produzir alívio e proteção imediata

contra quase todos os ataques ao corpo. Vejam: em menos de um ano, foi requerida, digo inventada, uma vacina que vai nos descausar do vírus da Covid, que quase arrasa meio mundo. Foi só ajeitar a fórmula da já existente vacina H1N1. Vocês verão, muito brevemente, centenas de laboratórios produzindo vacinas em gotas, em pó, do jeito que quiserem.

Não há como guardar tanta grana. O homem virtualizou os símbolos que pagavam pela sua produção. Agora, fazem “games”, criam criptotudo.

Trata-se de megabolhas, assemelhadas àquelas “pirâmides” que enganam sabidos. Até os chineses, civilização-berço mais esperta e rica do Universo, está brincando de moedinhas criptopreocupadas com o fato de que o mundo fique inundado delas e eles fiquem fora da festa. Aliás, os chineses têm dormido pouco. Lastreiam quase tudo que sobra do que produzem em dólares. Fazem-no também porque os americanos são os maiores compradores de

suas bugigangas (brincadeiras). Os olhinhos deles, mesmo apertados, já os fazem donos da mais exuberante tecnologia do Universo; estão minerando em Marte. (Tomando posse do planeta vermelho.)

Vamos produzir ideias, para vender aos ricos do planeta. Ideias que satisfaçam seus vícios de consumo, de custos explosivos, como bolsas especiais, que podem custar até um milhão de dólares. Além dos impostos, um percentual desse estorvo iria para o superfundo de combate à pobreza e seria convertido em ações e bens, que seriam distribuídos aos abandonados pela sorte.

Todo esse pensamento pode ser delirante. Mas o que seria dos homens se não fossem capazes de imaginar o inimaginável?

Como tudo tem que ter um epílogo, um planeta novo, nascido da nova riqueza, seria um recomeço para a humanidade, voltando ou indo para novas aventuras.

*ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NA BÚSSOLA-EXAME ([HTTPS://EXAME.COM/BUSSOLA](https://exame.com/bussola))

MARCELLO CASAL / AGÊNCIA BRASIL



Desemprego preocupa porque desencadeia um ciclo que compromete tanto o setor público quanto o privado

Empregos com carteira assinada crescem no estado

A Bahia liderou a criação de vagas formais de empregos em abril entre os estados do Nordeste, com a abertura de 9.207 postos com carteira assinada no mês. O número é o resultado da diferença entre 52.539 admissões e 43.332 desligamentos e foram registrados pelo Caged e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia. O emprego formal garante uma série de direitos ao trabalhador, como auxílio-doença e previdência. Em termos nacionais, a Bahia foi o sexto estado que mais gerou postos formalizados. Em todo o Brasil foram criadas 120,9 mil vagas com carteira assinada no mês passado.

Os números Caged são divulgados mensalmente a partir das informações das empresas aos empregadores. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) é realizada pelo IBGE, por meio de entrevistas, e considera tanto o mercado formal quanto o informal.

Essa marca é excepcional, sobretudo neste momento de enfrentamento à crise sanitária, afirma o vice-governador e secretário do Planejamento João Leão. Classificando os setores de atividade econômica em cinco grandes grupos, todos apresentaram saldos positivos em abril na Bahia: Serviços (+4.761 postos), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+1.568), Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (+1.203), Indústria geral (+879) e Construção (796).

VEJA OS CINCO SETORES QUE MAIS PERDERAM POSTOS DE TRABALHO NO PRIMEIRO TRIMESTRE

1º 52 mil a menos e queda de 16,5% - Alojamento e alimentação

2º 48 mil a menos e queda de 16,8% - Transporte, armazenagem e correio

3º 39 mil a menos e queda de 3,9% - Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais

4º 34 mil a menos e queda de 10,6% - Serviços domésticos

5º 31 mil a menos e queda de 8,3% - Construção

Bahia tem maior taxa de desocupação em 9 anos

Nome da Pessoa

REPORTAGEM
@redabahia/Nonononono

O ano de 2021 não começou nada bem para quem trabalha com alimentação e alojamento na Bahia, setor que, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), registrou o maior número de desligamentos no primeiro trimestre, com 52 mil pessoas perdendo seus postos. O segundo lugar neste triste ranking é ocupado pelo segmento de transporte, com 48 mil demissões; e o terceiro pelo grupo que reúne as áreas de educação, saúde humana, administração pública e outros, com supressão de 39 mil vagas. No total, o levantamento realizado pelo IBGE aponta que em 31 de março, 1,4 milhão de trabalhadores estavam desempregados na Bahia, uma taxa de 21,3%, que corresponde ao maior patamar de desocupação em 9 anos.

Também é o maior índice registrado no país, empatado com o de Pernambuco. A média nacional ficou em 14,7%. Uma situação que deve afetar tanto o setor privado - com menor consumo das famílias - quanto o público com a consequente baixa na arrecadação do estado, situação que pode comprometer a retomada da economia estadual no período pós-covid.

Paralelamente ao aumento na taxa de desemprego, a PNADC registrou uma queda na população desalentada no estado, que está 3,4% menor

Pesquisa do IBGE aponta que desemprego chegou a 21,3% da população

●● Parei de trabalhar no fim de fevereiro e até olhei em sites e dei uma pesquisada pra ver se achava algo, mas não consegui” Erisson Santos

●● Precisei abrir mão de coisas normais e ter uma alimentação mais restrita, por exemplo” Maria Cabral, professora

●● Do ponto de vista econômico, o resultado da falta de emprego é até óbvio. Há uma redução na renda, que faz com que a circulação de dinheiro seja menor, o que derruba as vendas em todos os setores e provoca uma queda na arrecadação do estado. Não é só um problema individual, é coletivo, todo mundo perde” Edísio Freire economista e colunista do CORREIO

que no fim de 2020 com uma redução de 28 mil pessoas. Segundo Mariana Viveiros, supervisora de disseminação de informações do IBGE na Bahia, o desalento se caracteriza quando a pessoa está desempregada e já desistiu de procurar nova vaga.

Erisson Santos, 23, que trabalhava em um shopping e hoje está na estatística do desemprego. Ele segue insistindo por uma recolocação. “Parei de trabalhar no fim de fevereiro e até olhei em sites e dei uma pesquisada pra ver se achava algo, mas não consegui”, diz. Maria Cabral, 54, professora, também perdeu o emprego. A situação a obriga a limitar gastos. “Precisei abrir mão de coisas normais e ter uma alimentação mais restrita, por exemplo”.

Os problemas que Maria enfrenta são as consequências individuais do desemprego, mas os impactos não param por aí. O economista Edísio Freire, colunista do CORREIO, alerta que a falta de renda de um número tão expressivo de baianos vai prejudicar a todos de alguma forma. “Do ponto de vista econômico, o resultado da falta de emprego é até óbvio. Há uma redução na renda, que faz com que a circulação de dinheiro seja menor, o que derruba as vendas em todos os setores e provoca uma queda na arrecadação do estado”, diz. “Não é só um problema individual, é coletivo, todo mundo perde”, completa, ressaltando que a verba colhida pela gestão estadual é direcionada para

áreas como educação, segurança e saúde.

PODERIA SER PIOR

O economista Guillermo Etkin, coordenador de pesquisas sociais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) disse ao O Que a Bahia Quer Saber, podcast do CORREIO, que o ciclo descrito por Freire poderia ser ainda pior não fosse a medida provisória que concedeu aos empregadores a oportunidade de redução ou suspensão da jornada dos trabalhadores, que vigorou por nove meses em 2020. “Contribuiu bastante para amenizar. Se esperava que houvesse uma supressão em postos de trabalho ainda maior. Então, se sentiu o efeito dessas medidas”, afirma.

Ele disse ainda que em 2021 devemos ver os impactos não vistos no ano passado. “Talvez a gente sinta as consequências que não foram sentidas em 2020 com a força desses programas. Em 2021, com o esfriamento dessas medidas, o que se espera em termos de desocupação é ainda um aumento”.

ONDE POSSO ARRUMAR UM EMPREGO NA BAHIA? QUEM SÃO OS DESEMPREGADOS DESSA PANDEMIA? O PODCAST O QUE A BAHIA QUER SABER, PROGRAMA SEMANAL COM MATÉRIAS ESPECIAIS DO CORREIO, OUVIU ESPECIALISTAS E PERSONAGENS PARA RESPONDER A ESTAS E OUTRAS PERGUNTAS. O PODCAST VAI AO AR TODAS AS SEGUNDAS-FEIRAS, DE MANHÃ. VOCÊ PODERÁ ACESSAR OS EPISÓDIOS AQUI MESMO NO SITE DO CORREIO OU NO SEU APLICATIVO FAVORITO DE PODCASTS: SPOTIFY, DEEZER, ANCHOR, GOOGLE PODCASTS OU APPLE PODCASTS.

COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLÁ RIBEIRO

BRUNO CECIM/AGÊNCIA PARA



A média de consumo de carne bovina, hoje, é de 26,4 kg ao ano, o que representa uma queda de quase 14% em relação a 2019

Menos carne, mais frango

Carne bovina tem menor consumo desde 1996; na Bahia, chegou a 21,3 kg anuais

Carolina Cerqueira*

REPORTAGEM
carolina.cerqueira@redebahia.com.br

A carne está cada vez menos presente na mesa dos brasileiros. É isso que mostram os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A média de consumo hoje desta proteína é de 26,4 kg ao ano, o que representa uma queda de quase 14% em relação a 2019. Este é o menor nível em 25 anos, desde 1996, início da série histórica da Conab. O IBGE aponta que a Bahia não fica de fora desse cenário e que, no estado, o consumo já vem diminuindo há mais tempo. Entre 2008 e 2018, a queda foi de 4,4 kg na quantidade anual por cada baiano, passando de 25,7 kg para 21,3 kg.

O que explica esse fenômeno são os altos preços. Ainda de acordo com o IBGE, o valor das carnes em geral subiu 35% no país nos últimos 12 meses até abril, mais que cinco vezes o próprio IPCA no mesmo período. No caso da arroba do boi, o preço subiu mais de 50% em comparação com 2020, segundo o Centro

de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

Em 1858, o preço da carne foi uma das razões que motivaram um motim aqui na Bahia contra o elevado custo de vida. Uma multidão enfurecida arremessou pedras contra edifícios públicos e gritou pelas ruas palavras de ordem: “Carne sem osso, farinha sem caroço”, expondo para os governantes a insatisfação com a carne, de preço elevado e baixa qualidade, e com a farinha, mal processada. O recado das ruas provocou debates no legislativo, mas a carne continuou com osso e a farinha com caroço.

Hoje, os altos preços das carnes fazem com que o alimento dê lugar ao frango, à carne de porco e ao ovo, por exemplo. Só nos primeiros quatro meses de 2021, o consumo per capita de carne bovina já caiu mais de 4% em relação a 2020, estima a Conab. Por outro lado, o consumo de ovos no Brasil chegou ao maior nível em 20 anos. Mas, até mesmo alguns produtos usados como segunda opção estão mais caros. Vilão dos preços das aves e suínos, o milho, que é o mais importante componente da ração,

dobrou de preço no último ano.

A secretária administrativa e também dona de casa Lúcia Faria, 52 anos, já percebeu o aumento dos preços e precisou fazer mudanças nas compras. “Desde o ano passado, o preço da carne subiu bastante, aí eu diminuí o consumo. Já não consumia tanto, porque já estava bem caro, mas agora cortei ainda mais. Só que a carne de porco e o frango também subiram de dois meses para cá, talvez até pela procura maior. Eu comprava a bandeja de peito de frango de 1 kg por 12 ou 13 reais e, agora, estou vendo por 16, até 19 reais”, conta ela.

A gerente de uma das unidades do Frigorífico do Mané, Flávia Costa, afirma que as lojas já sentiram a queda no consumo. “Estamos sofrendo para tentar manter o preço. Quando é possível, fazemos algumas promoções, mas não tem muito jeito, o preço está elevado e o pessoal está comprando menos. Era um movimento que já vinha acontecendo porque a economia já não estava boa, mas a pandemia agravou tudo.”

*COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Alta nas exportações eleva o preço no mercado interno

Quem explica por que os preços estão elevados é o economista Rafael Sales, da empresa de consultoria econômica Arazul Research. De acordo com ele, o IPCA de abril tem mostrado uma subida de preços. No acumulado dos últimos 12 meses, o índice atingiu 6,76% e um dos elementos afetados por essa subida é o item de alimentos e bebidas.

“Isso acontece porque está havendo uma demanda crescente por alimentos no mundo todo por conta da pandemia, porque os países vêm injetando dinheiro na população e ela converte isso em alimento, que é item essencial. E a nossa taxa de câmbio está depreciada, então, para o consumidor externo, a carne brasileira está mais barata, aumentando a exportação”, explica.

“A procura pela nossa carne lá fora está ainda maior e os produtores estão preferindo exportar e receber em dólar, já que o real foi uma das moedas que mais desvalorizaram no ano passado. Enquanto não tivermos uma apreciação maior da taxa de câmbio, a tendência é que a procura internacional continue alta, a exportação de carne continue se elevando e os preços internos continuem altos”, acrescenta Sales.

Mas, de acordo com o consultor econômico, a expectativa é de melhora nos preços. “Acreditamos que, até dezembro, o preço normalize, até porque o brasileiro começa a procurar substitutos (veja abaixo)”, diz.

Para o presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados da Bahia (Sincar), Júlio César Farias, os frigoríficos locais estão tendo muita dificuldade para competir com o mercado nacional e tendo que enfrentar a diminuição da oferta de animais para abate.

Dá pra substituir a carne? Nutricionista sugere alternativas

A presidente da Associação das Donas de Casa, Selma Magnavita, afirma que quem compra e prepara alimentos está precisando se reinventar por conta dos altos preços. “Para driblar o problema, a gente tem que usar a criatividade. Pode buscar as carnes de segunda, ou o frango. Mas o frango também tem apresentado alta no preço. Aí outra alternativa é buscar os legumes mais baratos, o feijão e o pirão. Mas estamos vendo uma baixa no consumo, justamente por causa do preço, então acredito que, em breve, os preços podem cair”, diz Selma.

Enquanto isso não acontece e a situação econômica continua desfavorável, a nutricionista Thaiane Barbosa, associada ao Sesi e ao centro de saúde e bem-estar Instituto Viver, ensina como substituir a carne de maneira saudável. “A carne é uma excelente fonte de proteína, uma fonte de ferro importante. Quando o consumo desse alimento for reduzido, é preciso suprir essas outras necessidades nutricionais”, ressalta.

“A carne vermelha pode ser substituída sem problemas pelas outras carnes de origem animal, como o frango, a carne de porco, o peixe, além do próprio ovo. Todos esses alimentos são compatíveis tanto em relação aos macronutrientes quanto em relação aos micronutrientes. Também tem as opções de origem vegetal, das leguminosas. São elas: feijão, ervilha, lentilha e grão de bico.”

Ela ressalta ainda a necessidade de complementos: “Quando o alimento de origem animal é substituído por um de origem vegetal, é necessário associar isso a uma fonte de vitamina C, para evitar a queda de absorção de ferro. Essa vitamina pode ser consumida através das frutas, como a laranja, a acerola e a tangerina”, explica Thaiane.

35%

é o aumento do valor das carnes no país nos últimos 12 meses até abril, de acordo com o IBGE

ECONOMIA

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,2548	R\$ 5,2553
Dólar Turismo	R\$ 5,277	R\$ 5,41
Euro turismo	R\$ 6,45	R\$ 6,613

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	124.366,57	0,30%

POUPANÇA

28/5/2021	0,1590%
-----------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Marco	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,31%	2,37%	6,76%
INPC/IBGE	0,38%	2,35%	7,59%
IGP-M/FGV	1,51%	9,89%	6,68%

EM QUEDA

1,09%

foi a nova queda registrada pelo dólar ontem. Com isso, a moeda norte-americana voltou a ficar abaixo de R\$ 5,30, no nível mais baixo em duas semanas. O dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 5,255, com recuo de R\$ 0,058, o menor valor desde 11 de maio

Governo alerta estados para a pior seca em 111 anos

CLIMA O governo deve emitir alerta de emergência hídrica para o período de junho a setembro em cinco estados brasileiros - Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. Todos estão na bacia do Rio Paraná, onde se concentra parte da produção agropecuária e grandes hidrelétricas Na região, a situação é classificada como "severa" e a previsão é de pouco volume de chuvas para o período.

É o primeiro alerta dessa natureza em 111 anos de serviços meteorológicos do País. A medida corrobora as declarações do presidente Jair Bolsonaro e do ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, de que o Brasil enfrenta a maior crise hídrica dos últimos tempos.

O alerta será divulgado de forma conjunta hoje pelo Sistema Nacional de Meteorologia (SNM), órgãos federais ligados à meteorologia, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden). As instituições reforçam que a emergência hídrica é associada à escassez de chuvas até setembro.

Inovação vai mover o mundo pós-pandemia

POLÍTICA & ECONOMIA O mundo que vai emergir do cenário "pós-pandêmico" será cada vez mais voltado para a inovação. O processo de aceleração nas transformações socioeconômicas que emergiu com a pandemia do novo coronavírus deve se manter mesmo depois que o as condições sanitárias se normalizarem, acredita Lilian Marins, gerente regional na Bahia da Câmara Americana de Comércio no Brasil (Amcham).

Ela acredita que as empresas brasileiras precisam olhar mais fora como uma estratégia para sustentar um processo de crescimento econômico. "Quando uma empresa ou um empreendedor busca aprender com experiências internacionais, ele amplia o seu repertório. E não há inovação sem isso. Eu não tenho como criar novas possibilidades sem sair da bolha", analisou durante participação no Programa Política & Economia, apresentado pelo jornalista Donaldson Gomes.

Lilian destaca o potencial do Brasil para a inovação, e da Bahia, em particular. Falta apenas que os empreendedores passem a trabalhar melhor a metodologia do processo, acredita. "Somos um povo extremamente criativo, uma prova disso é que o Brasil deve ser o local onde mais se abrem empresas no mundo. O problema é que é onde mais se fecham também. É uma explosão de ideias, mas falta aprender como coloca-las em prática", diz.

Além disso, ela defende a necessidade de investimentos do setor público na melhoria da mão de obra. Ela conta que aprendeu bastante com duas experiências recentes no exterior. No Vale do Silício, nos Estados Unidos, Lilian diz ter aprendido que a sociedade deveria olhar para o desenvolvimento tecnológico de maneira menos negativa. "Se a gente usa a tecnologia potencializando o melhor do humano, vamos conseguir fazer uma transformação sustentável", avalia.

Posteriormente, no Canadá, constatou a

Lilian Marins participou Programa Política & Economia, comandado pelo jornalista Donaldson Gomes

Novos modelos de negócios foram criados neste cenário que estamos vivendo. Quando você está num contexto de dificuldades é que se pensam em novas fórmulas

Tudo o que eu puder enfatizar como melhoria necessária, eu irei focar na questão da educação

Se as empresas brasileiras não estiverem atentas, vão perder competitividade no cenário mundial

Lilian Marins
Gerente regional da Amcham



REPRODUÇÃO

importância do olhar para o chamado capital humano. "O que eu aprendi de muito importante foi a olhar com muito cuidado para o que se convencionou chamar de ESG (que pode ser traduzida como a preocupação com o meio ambiente, o social e com a governança)", conta. "Quando o empresário baiano, que está acostumado a trabalhar com a realidade local, se permite buscar experiências positivas em outros estados ou países, a

chance dele conhecer processos novos para ele é muito grande", explica.

Ela cita como exemplo o ambiente da Amcham. "Nós reunimos 33% do Produto Interno Bruto, então perceba como temos um terreno fértil para a troca de informação e conhecimento", destaca. Segundo ela, um dos principais papéis da Amcham é o de antecipar tendências. "Conteúdos e ideias que já estão sendo trabalhadas lá fora, nós buscamos trazer para eles aqui".

Devolução de auxílio emergencial soma quase R\$ 5 bilhões em 2021

RECEBIMENTO INDEVIDO Os contribuintes que receberam indevidamente o auxílio emergencial no ano passado devolveram entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 4,7 bilhões de janeiro a abril deste ano, disse ontem o novo secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt. Somente no mês passado, as devoluções somaram R\$ 700 milhões.

O secretário não forneceu mais detalhes, como as principais razões para a restituição do dinheiro aos cofres públicos. Informou

700 milhões de reais foram devolvidos somente no mês passado

apenas que a devolução está prevista na lei que criou o auxílio emergencial, aprovada pelo Congresso em março do ano passado, e consta como uma das obrigações da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física de 2021.

Segundo as regras da Receita, quem recebeu alguma parcela do auxílio emergen-

cial em 2020 e teve rendimento tributável acima de R\$ 22.847,76 no ano passado precisa preencher a declaração e está obrigado a devolver o valor referente ao benefício à União. A exigência vale inclusive para dependentes do titular da declaração que tenham recebido o auxílio no ano passado.

SENADO APROVA VALOR DO MÍNIMO EM R\$ 1,1 MIL EM 2021

RENDA O Senado aprovou a medida provisória que fixou o salário mínimo em R\$ 1,1 mil para 2021. Na véspera, a matéria tinha sido aprovada pela Câmara. Com a decisão dos senadores, a medida segue para a promulgação pelo Congresso, uma vez que o texto encaminhado pelo Executivo em 31 de dezembro de 2020 não sofreu alterações.

No ano passado, o salário mínimo era de R\$ 1.045. Para o reajuste, o governo usou uma previsão de alta de 5,22% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no fim do ano passado. Contudo, em meados de janeiro, o INPC oficial de 2020 fechou em 5,45%, o que reajustaria o mínimo para R\$ 1.102. Alguns parlamentares tentaram adequar o piso salarial a esse percentual por meio de uma emenda à medida provisória.

Com a decisão de ontem dos senadores, a medida segue agora para a promulgação pelo Congresso Nacional

Desenbahia

Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A.

SOCIEDADE DE CAPITAL FECHADO

CNPJ/MF Nº 15.163.587/0001-27

GOVERNO DO ESTADO

BAHIA. AGU. E TRABALHO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

CÍCERO DE CARVALHO MONTEIRO, CPF 245.164.145-20. DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração na **DESENBÁHIA** - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A - CNPJ: 15.163.587/0001-27. ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicação pública acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo. **BANCO CENTRAL DO BRASIL** - Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf 1ª Avenida, 160 - 2º andar - Centro Administrativo da Bahia - CAB - CEP: 41.745-001. Salvador - Bahia. Salvador, 25 de maio de 2021. **Cícero de Carvalho Monteiro**.

DESENBÁHIA

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES

@donaldsongomes



NOVA BASE

A Petrobahia formalizou a construção de uma nova base de distribuição e mistura de combustíveis no Maranhão. O presidente da empresa, Thiago Andrade, assinou a escritura de um terreno no distrito industrial de Balsas, subsidiado pelo governo local, onde será construída a estrutura. A empresa baiana, sediada em Salvador, irá investir R\$ 7,9 milhões, gerando cerca de 70 empregos diretos e centenas indiretos em postos de combustíveis e conveniências no Maranhão, Tocantins e Piauí. “Seremos responsáveis pelo crescimento da cadeia produtiva de combustíveis no Maranhão, levando desenvolvimento para a região Nordeste. Nossa meta é inaugurar a nova filial ainda este ano”, projeta Thiago Andrade.

● Seremos responsáveis pelo crescimento da cadeia produtiva de combustíveis no Maranhão, levando desenvolvimento para a região Nordeste Thiago Andrade

Presidente da Petrobahia

Nova operação

A Clínica Florence, especializada no tratamento de pacientes em reabilitação e cuidados paliativos, vai abrir uma unidade em Recife ainda este ano. Será a primeira fora de Salvador. A Florence Recife terá 76 leitos, gerando cerca de 250 empregos diretos. Com investimentos de mais de R\$ 20 milhões, o empreendimento passará por uma série de adaptações nos próximos meses para montagem da estrutura hospitalar.

20

milhões foram investidos na nova unidade da Clínica Florence

Educação empreendedora

A Wakanda Educação Empreendedora selecionou 23 “Deusas do Correio”. São empreendedoras de diversas áreas que participaram de formações promovidas pela startup em Salvador que poderão acessar uma linha de microcrédito entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil neste semestre. Além do valor em dinheiro, as contempladas contarão com acompanhamento para gestão e educação financeira durante um ano. A expectativa é de que ainda este ano aconteça uma nova rodada de empréstimos para outros microempreendimentos locais.

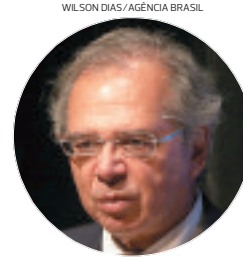
NO HORIZONTE

- **Fibra** A demanda por internet de fibra em Salvador aumentou 78,2% entre março de 2020 – quando iniciou o período de isolamento social – e março de 2021, na Vivo.
- **Nova loja** A TIM tem uma nova loja no Salvador Norte Shopping. A unidade pertence ao grupo Facell, que chega a 16 lojas da operadora na capital baiana.
- **Mix ampliado** O Salvador Norte, do Grupo JCPM, incorporou cinco novas operações no primeiro semestre e deverá ganhar mais seis no segundo. Já o Salvador Shopping recebeu uma unidade da chocolateria Lindt, exclusiva no Nordeste e tem pelo menos sete inaugurações previstas.
- **Também aumentou** Os shoppings Itaigara e Paseo, ambos da Enashopp, continuam expandindo as operações. O Paseo recebeu três novas lojas, enquanto o Itaigara tem outras duas. O Itaigara ainda vai inaugurar a La Luna Store e uma unidade da Sobrancelha Design, em junho.

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Governo renovará auxílio se vacinação não evoluir

PAULO GUEDES O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o governo pode prorrogar novamente o auxílio emergencial caso a vacinação não siga o ritmo esperado e o país continue a registrar número alto de casos e de mortes provocadas pela Covid-19. A atual rodada do auxílio emergencial no país foi promulgada pelo Congresso Nacional em março e estabeleceu quatro parcelas de R\$ 150 a R\$ 375, pagas pela Caixa Econômica Federal até o mês de julho. Na terça-feira (25), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendeu a edição de uma medida provisória para estender o auxílio emergencial no país por mais “um ou dois meses”, antes da implantação do que ele chama de “um programa social mais permanente” no Brasil. “O auxílio emergencial é uma arma que nós temos e que pode, sim, ser renovado. Se, ao contrário do que esperamos, a doença continuar fustigando, as mortes continuam elevadas, a vacina por alguma razão não está chegando, tem que renovar”, disse Guedes. Segundo ele, esta não é a expectativa do governo. “Achamos hoje que, se a vacinação em massa progride, pode ser que não seja necessário”, afirmou. O ministro da Economia parti-



WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL

● O auxílio emergencial é uma arma que nós temos e que pode, sim, ser renovado. Se a doença continuar fustigando, tem que renovar

● Se foi interdito (um novo imposto), não vou brigar por ele, estamos em uma democracia, deixa para lá”, declarou o ministro Paulo Guedes

Ministro da Economia, durante encontro com industriais

cipou da videoconferência Diálogos com a Indústria, realizado pela Coalizão Indústria. O evento foi invadido por hackers, que colocaram fotos e frases obscenas. O ministro Guedes disse ainda que, caso seja necessário, pode ser decretado novamente estado de calamidade pública, a exemplo do que aconteceu em 2020, o que liberaria mais facilmente gastos emergenciais relacionados com a pandemia do coronavírus. “Se a pandemia fustigar novamente, se uma variante não for atacada pela vacina, se não estiver funcionando, vamos aumentar a economia de guerra. O protocolo está pronto, bata acionar a cláusula de calamidade da PEC Emergencial”, declarou. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quinta-feira (27) que desistiu de propor a criação de um novo imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF. Guedes defendeu a criação do imposto dentro de uma proposta para reduzir o custo da contratação de trabalhadores por empresas. O tributo, que vinha sendo chamado de nova CPMF, compensaria, portanto, a redução de impostos sobre a folha de pagamentos das empresas. “Não vou brigar por ele, estamos em uma democracia, deixa para lá”, declarou.

Contas públicas têm o melhor abril nos últimos 7 anos

RECEITAS ELEVADAS As contas do governo federal fecharam o mês de abril com um resultado positivo de R\$ 16,5 bilhões, dado surpreendente puxado por arrecadação recorde e pela redução de gastos com a pandemia de Covid-19. O número, divulgado ontem pelo Tesouro Nacional, veio acima da expectativa mais otimista do mercado e também superior às previsões do governo. O resultado de abril deste ano foi o melhor para esse mês em sete anos, ou seja, desde 2014, quando foi registrado um saldo positivo de R\$ 23,4 bilhões (valor corrigido já pela inflação), de acordo com o Tesouro. “Isso é resultado de uma atividade econômica que vem se recuperando e de uma diretoria de política fiscal de manter consolidação fiscal, cumprindo estritamente as regras, sem descuidar da pandemia e dos gastos”, disse o secretário do Tesouro, Jefferson Bittencourt. Na comparação com o ano passado, a arrecadação disparou e a

16,5B

foi o saldo positivo registrado nas contas do governo em abril

58,8%

foi o aumento registrado na arrecadação federal no período

despesa subiu. Em 2020, o mês de abril foi marcado por uma queda brusca na receita e o início do pagamento de auxílio emergencial de R\$ 600. Já em 2021, a arrecadação federal não caiu e o auxílio médio é R\$ 250 para menos beneficiários. Além disso, como o Orçamento de 2021 foi sancionado somente no fim de abril, os gastos públicos ainda estavam contidos. Comparado a abril de 2020, a melhora no resultado observado decorre da combinação de um aumento real (descontada a inflação) de 58,8% da receita líquida e uma redução de 34,4% das despesas totais.

PREVISÕES DE ALTA DO PIB ESTE ANO JÁ CHEGAM A 5%

OTIMISMO A expectativa positiva em relação ao crescimento econômico neste ano continua a aumentar e as projeções já alcançam 5,0%. O gatilho do movimento foi acionado por dados mais positivos dos setores da atividade no primeiro trimestre, principalmente em março, quando era esperada queda significativa em meio à piora da pandemia de covid-19 e restrições ao funcionamento de estabelecimentos não essenciais. A me-

O setor financeiro está revisando positivamente as expectativas para a economia este ano

lhora das estimativas do Produto Interno Bruto (PIB) decorre também dos efeitos da retomada global e do retorno mais rápido da mobilidade após decretos de isolamento. A onda pode ganhar amplitude com o resultado do PIB do primeiro trimestre, que será divulgado na próxima terça-feira. Ontem, o Itaú Unibanco melhorou a expectativa do segundo trimestre para alta de 0,6%.

BRASIL

TCU exige que governo entregue papéis secretos do 'Tratoração'

CONTAS PÚBLICAS O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Alencar Rodrigues, relator das contas de 2020 da Presidência da República, exigiu que o Palácio do Planalto e o Ministério da Economia entreguem, num prazo "improrrogável" de cinco dias úteis, cópias dos documentos ainda ocultos do orçamento secreto - esquema montado pelo presidente Jair Bolsonaro, no final do ano passado, para garantir apoio no Congresso.

A decisão de abrir a caixa-preta do "tratoração", caso revelado pelo jornal Estado de S. Paulo, inclui a exigência de entrega de ofícios de deputados e senadores, papéis até agora mantidos em sigilo, que formalizaram o direciona-

As explicações do governo serão analisadas no julgamento das contas do Planalto de 2020

mento de bilhões de recursos de emendas de relator-geral do orçamento (chamadas RP 9) a redutos eleitorais.

O ministro atendeu a uma representação da Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) do tribunal, que trata de "possíveis irregularidades", com base em informações reveladas na série de reportagens do jornal sobre o orçamento secreto. As explicações do Planalto deverão ser analisadas no próprio julgamento sobre as contas do governo federal do ano de 2020, que ocorrerá no dia 30 de junho. A rejeição de contas pelo tribunal pode levantar bases para um possível processo de impeachment do presidente.

"Historicamente, as Resoluções do Congresso Nacional que disciplinam o funcionamento da Comissão Mista Permanente, bem como o processo legislativo orçamentário, detalham as hipóteses

restritas em que o relator-geral do orçamento poderia promover alterações no projeto, usualmente as de ordem técnica", frisou o ministro Walton Alencar Rodrigues, em seu despacho, apontando a "relevância do tema".

Entre as possíveis irregularidades listadas pela área técnica do TCU estão a ausência de critérios objetivos de distribuição de recursos, demonstrada pelo Estadão em 10 de maio, quando o jornal revelou que ofícios enviados por parlamentares determinaram o destino de milhões de reais atropelando a Lei de Diretrizes Orçamentárias e vetos do presidente.

A diretora de Fiscalização de Planejamento e do Orçamento Governamental da Semag, Lucieni Pereira apontou também possível afronta aos princípios da imparcialidade, imparcialidade e equidade na distribuição dos recursos da União.

MPF RECORRE DE DECISÃO QUE ABSOLVEU TEMER

JUSTIÇA O Ministério Público Federal (MPF) recorreu ontem de decisão do juiz Marcus Vinícius Reis Bastos, da 12ª Vara Federal de Brasília, que absolveu o ex-presidente Michel Temer e outros políticos acusados de envolvimento no chamado "quadrilhão do MDB". Na mesma sentença, também foram absolvidos os ex-ministros Eliseu Padilha, Moreira Franco e Henrique Eduardo Alves; os ex-deputados Eduardo Cunha, Geddel Vieira Lima e Rodrigo Rocha Loures; o coronel João Baptista Lima, apontado como operador financeiro de Temer; o advogado José Yunes, amigo do ex-presidente; o doleiro Lúcio Funaro; e Altair Alves Pinto e Sidney Szabo.

CLEIA VIANA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



PF aponta crime de desacato do deputado Daniel Silveira

INVESTIGAÇÃO Após três meses de investigação, a Polícia Federal (PF) concluiu que o deputado federal Daniel Silveira (foto) cometeu crime de desacato contra a polícia civil que lhe pediu para colocar a máscara de proteção facial quando deu entrada no Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro

para passar por exame de corpo de delito ao ser preso em flagrante. A pena para o crime é de seis meses a dois anos de detenção ou pagamento de multa.

Quando a investigação foi aberta, em fevereiro, a PF também trabalhava com a hipótese de infração de medida sanitária preventiva, já

que a máscara de proteção facial é obrigatória em locais públicos durante a pandemia. No entanto, de acordo com o delegado, o crime não ficou configurado porque o deputado cumpriu a orientação após a discussão. Durante a discussão, o deputado também chamou a servidora de "militante petista".

Jaime Lerner, ex-governador do Paraná, morre aos 83 anos

MEMÓRIA O ex-governador do Paraná e ex-prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, morreu na manhã de ontem. De acordo com o Hospital Universitário Evangélico Mackenzie, Lerner, que tinha 83 anos, estava internado há cinco dias e veio a óbito em decorrência de complicações de doença renal crônica.

Político, arquiteto e urbanista, Jaime Lerner nasceu em 17 de dezembro de 1937 em Curitiba, cidade da qual foi prefeito por três vezes, em mandatos iniciados em 1971, 1979 e 1989. Ele governou o Paraná por duas vezes, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002.

Lerner começou sua vida política na Arena, partido ao qual se filiou em 1971, quando foi nomeado prefeito biónico de Curitiba. Entre seus grandes feitos está a abertura de vias exclusivas para ônibus urbanos, algo considerado bastante inovador para a época (1974), que posteriormente veio a formar a Rede Integrada de Transporte da capital paranaense. Lerner casou-se em 1964 com Fani Lerner, com quem teve as filhas Andrea e Ilana.

Arquiteto de formação, Jaime Lerner foi três vezes prefeito de Curitiba

PEDRO RIBAS/DIVULGAÇÃO



INTERVENÇÕES URBANAS E SOCIAIS POR TODA A CIDADE

31/05,
Leia aqui
no Correio.

IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

PROPOSTA DO EXECUTIVO

Rui envia à AL-BA proposta de ajustes da Previdência



Proposta enviada pelo governador da Bahia ainda não tem prazo para ser votada no Legislativo

EQUIPE DE POLÍTICA

O governador Rui Costa (PT) encaminhou ontem à Assembleia Legislativa do Estado (Alba) uma Proposta de Emenda da Constituição (PEC) que prevê ajustes técnicos e de ordem legal no texto da Emenda Constitucional no 26, da Reforma da Previdência Estadual. A nova proposta não prevê mudanças nas regras dos benefícios previdenciários, mas apenas alterações textuais com o objetivo de tornar o conteúdo da legislação "mais claro e de fácil aplicação".

"Nosso objetivo foi aperfeiçoar o texto constitucional e dar segurança e celeridade aos cálculos dos proventos", explica o superintendente de Previdência do Estado, Eduardo Matta, ao reiterar que

a nova PEC "não prevê modificações nas regras previdenciárias em vigor relativas, por exemplo, a idade, tempo de contribuição, cálculo de proventos, regras de transição ou alíquotas".

Segundo o superintendente, um dos ajustes propostos diz respeito ao cálculo da média das gratificações variáveis para servidores que se aposentam com integralidade – ou seja, com direito a ter seu benefício calculado com base na remuneração do cargo efetivo.

Com o texto da emenda atualmente em vigor, este cálculo é feito com base na média de todo o tempo em que o servidor recebeu a gratificação. "Com a alteração, passará a ser observada apenas a média dos últimos 10 anos, o que facilitará bastante o cálculo e a concessão do benefício", explica o superinten-

dente. A proposta ainda não tem prazo para ser votada no Legislativo, que suspendeu nesta semana as atividades administrativas por causa da pandemia da Covid-19.

ANTERIOR

Em janeiro de 2020, a Assembleia Legislativa da Bahia aprovou uma reforma da Previdência enviada por Rui Costa. Na época, manifestantes vestidos com camisas da Polícia Civil quebraram a porta do plenário e invadiram o local. Os parlamentares foram atacados com ovos, e então presidente da casa, Nelson Leal, foi atingido.

A votação, feita em dois turnos a portas fechadas, contou com a participação de 50 deputados. Quarenta e quatro deputados votaram na aprovação da proposta. Rui sancionou em seguida.

REFORMA

"A nova PEC não prevê modificações nas regras previdenciárias em vigor relativas, por exemplo, a idade, tempo de contribuição, cálculo de proventos, regras de transição ou alíquotas"

Tribuna

Auxílio emergencial pode ser renovado, diz Guedes

CRISTINA INDIO DO BRASIL -
REPÓRTER DA AGENCIA
BRASIL - RIO DE JANEIRO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo pode prorrogar o auxílio emergencial, caso a pandemia da covid-19 se agrave no país e o programa de imunização não atinja níveis suficientes para a maior parte da população. Pelo prazo atual, o benefício será pago até julho.

Segundo o ministro, já existe uma proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada no ano passado, que permite o aumento de gastos para cobrir as necessidades de combate e reflexos da pandemia e, por meio dela, é possível estender o pagamento, como foi feito para este ano.

"Se Deus quiser, teremos dias melhores à frente e vamos celebrar também o fim dessa doença, mas o auxílio emergencial é uma arma que nós temos e pode, sim, ser renovado. Se, ao contrário do que esperamos, se a doença continuar fustigando, e as mortes continuam elevadas, a vacina, por alguma razão não está chegando, tem que renovar, vamos ter que renovar", afirmou Guedes, ao participar ontem do encontro Diálogos com a Indústria, realizado em um hotel de Brasília, pela Coalizão Indústria, que conta com a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) e congrega 15 entidades.

Apesar disso, não é com esta possibilidade que o governo está trabalhando neste momento, disse o ministro.



"Não é a nossa expectativa hoje. A expectativa é que está avançando a imunização, mas vamos observar. O auxílio é uma ferramenta para uma camada de proteção e, sim, que tem que ser renovado. Hoje achamos que, se a vacinação em massa progride, pode ser que não seja necessário [ampliar o pagamento do auxílio]", afirmou.

Para Guedes, a resposta para se vai haver ou não a prorrogação do auxílio emergencial é a pandemia e o ritmo de vacinação. "Se nós tivermos vencendo o combate, a vacinação em massa e, mais, até o final de julho, tivermos vacinado 60%, 70% da população e com 100% da população idosa vacinada, onde está a maior parte da incidência

de óbitos. Se nós atingirmos o controle da pandemia através da imunização, porque antes era a ideia de imunização de rebanho, não se falava em vacina, nunca se falou em vacina, teste em massa, quando a doença chegou, depois é que foram se desenvolvendo estes armamentos adicionais. Desenvolveu-se a vacina e começou a busca pela vacina", informou, acrescentando que, além dos percentuais mais elevados de vacinação, vai ser considerada a queda nos casos de óbitos com retorno aos níveis registrados no fim da primeira onda entre 100 e 300 por dia.

"Hoje é fácil dizer que o governo não viu isso e aquilo. Na verdade, o Brasil inteiro foi

para as eleições. Se a classe política achasse que a doença estava aí, firme e forte ainda, ela tinha adiado as eleições. Havia uma convicção de que a doença estava arrefecendo. Aconteceram as eleições, depois vieram as festas de fim de ano, as festas dos mais jovens", destacou.

Guedes comentou que, embora o programa anterior para a liberação do auxílio emergencial tivesse prazo para terminar em 31 de dezembro de 2020, algumas parcelas ainda seriam pagas nos dois primeiros meses deste ano. "A economia ainda estava relativamente protegida por dois meses. Dois meses e meio depois, então, entraram os nossos programas de novo."

Economia brasileira surpreende "favoravelmente" no 1º trimestre

LUCIANO NASCIMENTO
DA AGÊNCIA BRASIL -
BRASÍLIA

A atividade econômica no primeiro trimestre de 2021 surpreendeu "favoravelmente", com crescimento em quatro das cinco regiões do país, disse hoje (27) o Banco Central (BC). Apenas a Região Norte apresentou recuo na economia no período.

A análise consta do Boletim Regional, publicado trimestralmente, e que traz a evolução, por região, de indicadores que repercutem as decisões de política monetária, como produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros.

Segundo o documento, o cenário econômico sinaliza uma resiliência do processo de recuperação da economia. O BC avalia que, no curto prazo, os estímulos monetários, como os novos pagamentos do auxílio emergencial que começaram em abril e a chamada normalização da taxa Selic (atualmente em 3,5% ao ano), em um patamar considerado baixo, apesar de estar em trajetória de alta, e a redução do impacto

da pandemia de covid-19 devem sustentar a retomada do crescimento.

"No curto prazo, a manutenção dos estímulos monetários, mesmo com o processo de normalização parcial, o retorno dos estímulos governamentais e a redução dos impactos da crise sanitária – inclusive em decorrência da vacinação em curso – devem sustentar a retomada em âmbito nacional. A incerteza sobre o ritmo desse crescimento ainda permanece acima da usual, mas aos poucos deve retornar à normalidade", diz o documento.

De acordo com o BC, a economia no primeiro trimestre de 2021 teve uma evolução maior do que a esperada, apesar da segunda onda da pandemia de covid-19 e do fim das medidas governamentais de combate aos impactos econômicos da crise sanitária, como o auxílio emergencial. A análise também evidencia a importância dos setores do agronegócio e da mineração para a sustentação do crescimento regionalmente, em razão do patamar elevado das cotações dessas commodities.

Cenário para bolsa a 145 mil pontos começa a se consolidar

ARTHUR FIGUEIRÓ, ESTADO DE MINAS

O mercado de ações brasileiro encerrou o dia 26/05 com alta de 0,81%, voltando ao patamar de 123.989 pontos.

Diante do cenário ainda incerto sobre a inflação, o Ibovespa, que trabalha em uma tendência de alta nas últimas 2 semanas, encontra uma forte resistência na casa dos 124 mil pontos.

No entanto, de acordo com a Eleven Financial, as expectativas da casa são de rompimento da máxima histórica do Ibovespa já no primeiro semestre de 2021 (cerca de 125 mil pontos) e, de acordo com a XP Investimentos, a casa enxerga a bolsa alcançando os 145 mil pontos no fim do ano.

Veja aqui alguns dos motivos que animam as principais casas de research para 2021

Lucro das empresas brasileiras segue crescendo

mesmo com cenário adverso – De acordo, com os resultados emitidos no primeiro trimestre de 2021, as empresas com capital aberto, apresentam alta em seus resultados financeiros (em geral), mesmo com um cenário adverso;

Melhora nos dados da pandemia – Mais pessoas sendo vacinadas e atividade econômica brasileira sendo retomada, gradativamente, aos índices normais;

Melhor alinhamento entre Executivo e Congresso – Já estamos vendo reformas importantes para a austeridade fiscal do Brasil sendo aprovadas, o que gera maior credibilidade internacional para o Brasil;

Alta dos preços das commodities – O ciclo de alta nos preços das commodities favorece a balança comercial brasileira e, consequentemente, auxilia o crescimento da atividade econômica do país;

DESEMPREGO

Percentual de desocupados supera 14%

AKEMI NITAHARA DAAGÊNCIA
BRASIL - RIO DE JANEIRO

A taxa de desocupação no Brasil subiu 0,8 ponto percentual e fechou o primeiro trimestre de 2021 em 14,7%, na comparação com o último trimestre do ano passado, quando o indicador estava em 13,9%.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 880 mil pessoas a mais que estão sem ocupação, totalizando 14,8 milhões em busca de emprego.

Segundo a analista da pesquisa Adriana Beringuy, esta é a maior taxa e o maior contingente de desocupados desde o início da série histó-

rica, em 2012. Ela ressalta que o indicador contém um componente sazonal: "esse aumento da população desocupada é um efeito sazonal esperado. As taxas de desocupação costumam aumentar no início de cada ano, tendo em vista o processo de dispensa de pessoas que foram contratadas no fim do ano anterior. Com a dispensa nos primeiros meses do ano, elas tendem a voltar a pressionar o mercado de trabalho".

O contingente de pessoas ocupadas, de 85,7 milhões, ficou estatisticamente estável na comparação com o último trimestre de 2021 e o nível de ocupação caiu 0,5 ponto percentual, para 48,4%. De acordo com Adriana, o nível de ocupação está abaixo de 50% desde o trimestre

encerrado em maio do ano passado, ou seja, há um ano menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada.

"Essa redução do nível de ocupação está sendo influenciada pela retração da ocupação ao longo do ano passado, quando muitas pessoas perderam trabalho. Em um ano, na comparação com o primeiro trimestre de 2020, a população ocupada reduziu em 6,6 milhões de pessoas".

Nas categorias de trabalhadores, o IBGE aponta que houve redução de 2,9% dos empregados do setor privado sem carteira assinada, com menos 294 mil pessoas, totalizando 9,7 milhões. Os empregados do setor público sem carteira assinada diminuíram 17,1%, com me-

nos 395 mil e total de 1,9 milhão. A única categoria de trabalhadores que apresentou aumento na ocupação foi a que engloba trabalhadores por conta própria, que subiu 2,4%, o que representa mais 565 mil postos de trabalho, com total de 23,8 milhões.

Entre os trabalhadores com carteira assinada, o setor privado ficou estável na análise trimestral, com 29,6 milhões de pessoas. Porém, a comparação anual indica redução de 10,7%, o que representa 3,5 milhões de pessoas a menos. Os trabalhadores domésticos foram estimados em 4,9 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2021, uma redução de 1 milhão de pessoas em relação ao mesmo período do ano passado, ou seja, antes da pandemia.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/05/21	



GUEDES DIZ QUE ESTÁ CONFIANTE NA REFORMA TRIBUTÁRIA



admin 28 Maio, 2021

O ministro da Economia, Paulo Guedes, está confiante na aprovação da reforma tributária no Congresso. Ele informou que teve uma conversa muito boa sobre o assunto com os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, e que foi combinado que os impostos sobre a renda e o consumo vão para a Câmara e o passaporte tributário vai para o Senado. E que a previsão é que os dois temas sejam discutidos em cada Casa por 30 a 60 dias.

“Há uma boa perspectiva de fazermos uma reforma interessante e relativamente rápida, ou seja, este ano ainda. Acho que está progredindo bastante e os passos são todos razoáveis na direção de que não vai ter susto para ninguém, todo mundo vai entender tudo, deixando a possibilidade de uma PEC que faça uma acoplagem ali na frente do nosso IVA federal com os estados. Com os municípios, vai levar um pouco mais de tempo, mas estamos progredindo. Estou bastante otimista com o andamento dessa reforma”, disse o ministro ao participar do encontro “Diálogos com a Indústria”, realizado em um hotel de Brasília, pela Coalizão Indústria, que conta com a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), e congrega 15 entidades.

Segundo Guedes, o ideal seria uma reforma ampla, que é o que gostaria desde o início, “mas não às custas da União”. Guedes disse que esse foi o motivo que bloqueou o desenvolvimento do assunto no começo das discussões da proposta de criação de um imposto de transações, semelhante à antiga CPMF. “Esse imposto [de transações] foi interditado. Não vou brigar por

ele. Estamos em uma democracia. Deixe isso para lá. Continuem com os encargos elevados e vamos fazer a reforma ampla tão desejada”, disse.

Emprego

Na visão do ministro, não foi coincidência o Brasil ter conseguido criar empregos durante a pior recessão da sua história. Uma das razões, para ele, foram os programas criados pelo governo para combater os efeitos da pandemia da covid-19 na economia, como o apoio às empresas. “É o programa de preservação de empregos mais bem-sucedido que eu saiba de todas as políticas econômicas praticadas contra a crise em todos os países”, afirmou.

O ministro disse que a economia realmente voltou a se desenvolver no sistema conhecido como V, quando tem uma queda com recuperação na sequência e está em aceleração. “Estamos avançando, e se acontecerem as nossas estimativas iniciais, que não são só nossas, temos conversado com setor privado, e todos já estão refazendo as suas estimativas de crescimento para cima. A faixa agora de oscilação é entre 3,6% a 4,6%, 4,7%, quer dizer próxima a 5% e muita gente já revendo para cima de 4% a taxa de crescimento do Brasil”, disse. Guedes disse que reconhece que estão ocorrendo gastos mais elevados no âmbito federal, mas desde o início todas as medidas expressaram o duplo compromisso com a saúde dos brasileiros, de um lado, e com a responsabilidade fiscal de outro. “Só ficaram extrateto as medidas ligadas à pandemia”.

O ministro disse que o futuro é “verde e digital”, e defendeu a redefinição do modelo de ocupação da Amazônia, para passar a fornecer serviços verdes de proteção da floresta. “A árvore vale mais viva do que morta. Vamos ter que viver da produção desses serviços no mercado de carbono, de oxigênio livre, na verdade. Vamos ter que redirecionar uma nova vocação para a região. Os americanos transformaram o deserto do Nevada, que é Las Vegas, na capital mundial do entretenimento. Manaus tem que ser a capital mundial da economia sustentável, da economia verde”, apontou, propondo a isenção de imposto de renda por 20 anos para as empresas que instalarem suas sedes de produção na região com esse propósito.

Covid-19

Logo no início da sua apresentação, o ministro se solidarizou com as famílias e amigos das vítimas da covid-19. Ele lembrou que o economista e ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni, está internado em consequência da covid-19. “Carlos Langoni luta contra essa terrível doença há quatro meses”, disse, acrescentando que o economista é o autor intelectual do programa de choque de energia barata desenvolvido pelo governo com a utilização de gás natural. O ministro agradeceu ainda aos profissionais de saúde do SUS e do setor privado. “O Brasil está em guerra contra o vírus. Nós não podemos nos enganar quanto a isso. A resposta mais importante que nós podemos dar é a vacinação em massa”, afirmou.

Mensagens

Em mensagens aos participantes do encontro, o ministro Paulo Guedes defendeu a necessidade de vacinação em massa contra a covid-19 para sustentar a retomada da economia.

Pedi ainda que os empresários da indústria continuem mantendo contatos, que atualmente têm sido mais de forma virtual, a cada 60 dias para troca de informações com o Ministério da Economia e para a apresentação de sugestões para melhorar o setor. Segundo ele, o governo tem como meta a reindustrialização do país.

“O Brasil é um mercado de consumo de massa Não nos conformamos com a desindustrialização acelerada que aconteceu no Brasil”, assegurou. “Queremos reafirmar essa parceria com a indústria brasileira. A nossa meta é reindustrializar, e removendo impostos, simplificando impostos, calibrando o ritmo de abertura, de forma que haja o fortalecimento da indústria. O exemplo é o seguinte: levanta do sofá , para de assistir televisão e vamos para a esteira e vamos calibrar o ritmo da esteira. Não queremos fatigar ninguém, ao contrário, nós precisamos da indústria forte para criar empregos”.

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 27/05/21	



GOVERNO CENTRAL TEM SUPERÁVIT PRIMÁRIO DE R\$ 16,4 BI



admin 27 Maio, 2021

O aumento na arrecadação neste ano e a queda nos gastos com o enfrentamento à pandemia de covid-19 fizeram o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrar o melhor resultado para meses de abril desde 2010. No mês passado, o resultado ficou positivo em R\$ 16,481 bilhões.

O superávit primário representa a economia do governo para o pagamento dos juros da dívida pública. No mesmo mês de 2010, o Governo Central tinha registrado superávit primário de R\$ 23,257 bilhões. No mesmo mês do ano passado, marcado pelo início da pandemia de covid-19, as contas haviam ficado negativas em R\$ 93 bilhões.

Com o resultado de abril, de acordo com a Agência Brasil, o Governo Central acumula superávit primário de R\$ 40,974 bilhões no primeiro quadrimestre. Esse é o melhor resultado para os quatro primeiros meses do ano desde 2012, quando o superávit acumulado havia atingido R\$ 44,243 bilhões.

O resultado veio bastante acima do previsto. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, as instituições financeiras projetavam déficit primário de R\$ 20 bilhões para abril.

Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Governo reduz gasto de enfrentamento à pandemia e tem superávit de R\$ 41 bi até abril



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com uma forte redução nos gastos de enfrentamento à pandemia em 2021 e uma alta nas receitas, o governo registrou superávit de R\$ 41 bilhões nos quatro primeiros meses deste ano. O resultado, divulgado pelo Tesouro Nacional nesta quinta-feira (27), é o quarto melhor para o período da série histórica iniciada em 1997.

Em abril, o governo conseguiu arrecadar um volume maior do que o total de gastos. Com isso, registrou superávit de R\$ 16,5 bilhões. No mesmo mês de 2020, quando o país vivia o início da pandemia, foi registrado um rombo de R\$ 93 bilhões nas contas federais.

O resultado do mês não era esperado pelo mercado. Levantamento feito pelo Ministério da Economia apontava para um déficit de R\$ 20 bilhões.

"O resultado [foi] influenciado pela evolução da **arrecadação**, bem como pela redução significativa dos gastos em resposta à crise da Covid-19", informou o Tesouro.

Em abril de 2020, com menos de dois meses de pandemia, o governo já havia liberado R\$ 45 bilhões em gastos emergenciais fora do teto, regra que limita as despesas públicas. Nos quatro primeiros meses de 2021, esse gasto somou R\$ 20 bilhões.

Neste ano, o governo optou por não renovar a calamidade pública que vigorou em 2020 e permitiu uma expansão de **gastos públicos** para o enfrentamento à pandemia. Sem Orçamento aprovado, os programas emergenciais foram interrompidos por mais de três meses.

Em março, o Congresso aprovou a PEC Emergencial e destravou a nova rodada do auxílio emergencial. Os pagamentos foram iniciados em abril.

Além disso, somente no fim do mês passado houve liberação de recursos para a reedição do programa que permite corte de jornadas e salários de trabalhadores, com compensação parcial paga aos trabalhadores afetados.

De acordo com o Tesouro, uma melhora da economia

influenciou positivamente o resultado das contas do governo.

"A percepção de um ambiente econômico mais robusto do que o inicialmente projetado, a viabilização de ações de combate à pandemia que não comprometem o instrumental de controle das finanças públicas, e o fortalecimento do arcabouço fiscal por meio da PEC Emergencial, promoveram efeitos positivos sobre as chamadas condições financeiras", informou o órgão.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Gastos públicos | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: G1	
Data: 28/05/21	



Incerteza da economia diminui e se aproxima do patamar pré-pandemia

Pesquisadora aponta, no entanto, que a possibilidade de uma terceira onda da Covid-19 pode interferir na tendência de queda do indicador.

Por G1

28/05/2021 10h31 Atualizado há um minuto

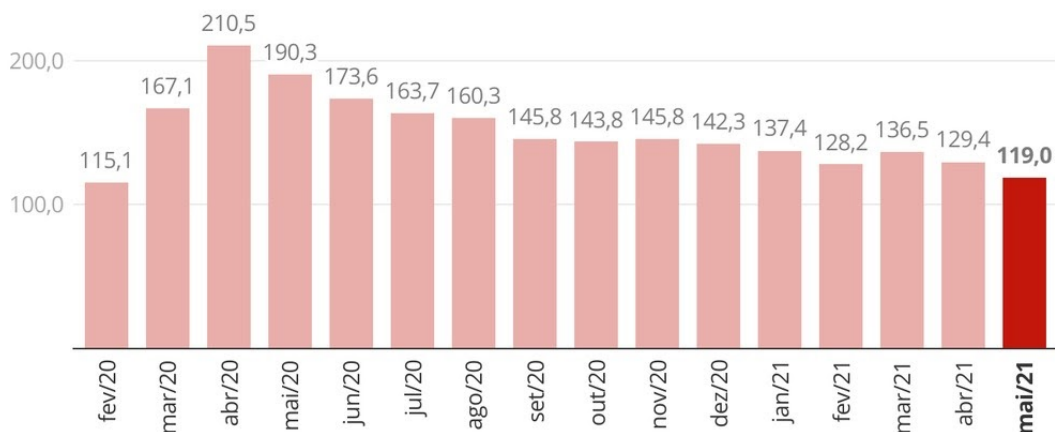
O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da **Fundação Getulio Vargas (FGV), recuou 9,5 pontos em maio na comparação com abril.**

Com a queda, o indicador se distancia mais de seu pico histórico de 210,5 pontos, registrado em abril de 2020, mas segue acima do nível pré-pandemia: em fevereiro de 2020, o IEE estava em 115,1 pontos.

“A continuidade das campanhas de imunização associada à ligeira melhora dos números da pandemia no Brasil em maio e à reabertura gradual de diversas economias mundiais parecem ter contribuído para a segunda queda consecutiva do nível de incerteza”, afirma em nota Anna Carolina Gouveia, economista do Ibre-FGV.

Indicador de incerteza na economia

Em pontos



Fonte: Ibre/FGV

Indicador de incerteza na economia - maio/21 — Foto: Economia G1

Ela ressalta, no entanto, que o indicador permanece acima do nível médio de 115 pontos vigente entre 2015 e 2019, e ainda não recupera as altas observadas em março e abril de 2020.

"Olhando à frente, a possibilidade de uma terceira onda de Covid-19 no país e a possibilidade de novas medidas de restrição à mobilidade podem ameaçar esta tendência de queda nos próximos meses", diz Gouveia.

Veículo: G1	
Data: 27/05/21	



Contas do governo têm superávit de R\$ 16,5 bilhões em abril, maior para o mês em sete anos

Resultado foi influenciado por arrecadação recorde registrada no mês passado, apesar dos efeitos da 2ª onda da Covid-19, e contenção de gastos devido à demora na sanção do Orçamento. Por Alexandro Martello e Jéssica Sant'Ana, G1 — Brasília

27/05/2021 14h43 Atualizado há 18 horas

As contas do governo registraram um superávit primário de R\$ 16,492 bilhões em abril, informou nesta quinta-feira (27) a Secretaria do Tesouro Nacional.

O superávit primário ocorre quando as receitas com tributos e impostos superam as despesas. Nessa conta não são considerados os gastos do governo com o pagamento de juros da dívida pública. Segundo dados oficiais, o resultado de abril deste ano foi melhor para esse mês em sete anos, ou seja, desde 2014, quando foi registrado um saldo positivo de R\$ 23,436 bilhões (valor corrigido pela inflação).

Em abril do ano passado, com a perda de arrecadação decorrente da primeira onda da Covid-19, junto com os gastos emergenciais, as **contas do governo registraram um rombo de quase R\$ 93 bilhões.**

Contas do governo

Para meses de abril, em R\$ bilhões

23,49323,49313,27713,27710,81810,81814,51914,5199,9629,9627,1337,133-99,287-99,28716,49216,49220142015201620172018201920202021-125-100-75-50-2502550

Fonte: Tesouro Nacional

O bom resultado das contas públicas, em abril deste ano, está relacionado com uma **arrecadação recorde de impostos, apesar dos efeitos da segunda onda da Covid-19 na economia**.

Além disso, como o **Orçamento de 2021 foi sancionado somente no fim de abril**, os gastos públicos ainda estavam contidos — as regras limitam as despesas até a sanção da peça orçamentária.

Parcial do ano e meta fiscal

No acumulado dos quatro primeiros meses deste ano, ainda segundo informações do Tesouro Nacional, as contas do governo apresentaram um superávit primário de R\$ 41,002 bilhões.

No mesmo período do ano passado, foi registrado resultado negativo de R\$ 95,857 bilhões.

Esse foi o melhor resultado para este período em nove anos, ou seja, desde 2012, quando o saldo positivo somou R\$ 73,226 bilhões (valor corrigido pela inflação).

Além do aumento da arrecadação nos quatro primeiros meses do ano, e da contenção de gastos pelo governo necessária devido à demora na aprovação do Orçamento deste ano, as despesas emergenciais com a pandemia ainda não tinham representado volume expressivo.

Dos R\$ 95,2 bilhões já aprovados para este ano, R\$ 20,5 bilhões haviam sido pagos até o final do mês de abril.

Para o ano de 2021, o governo está autorizado a registrar **déficit primário de até R\$ 247,118 bilhões**. Entretanto, despesas extraordinárias com a pandemia do coronavírus, nas áreas de saúde e auxílio emergencial, entre outras, estão fora do objetivo fiscal. Na semana passada, o Ministério da Economia revisou de **R\$ 286,011 bilhões para R\$ 187,7 bilhões a previsão para o rombo nas contas do governo neste ano**. O valor consta do relatório de avaliação das receitas e despesas.

Atividade econômica

Mais cedo nesta quinta-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que as instituições financeiras estão revendo para cima suas estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, o que favorece a arrecadação de tributos.

Segundo ele, "muita gente" está passando a prever uma alta acima de 4% em 2021. Na semana passada, **os bancos haviam previsto um crescimento de 3,52% para este ano**.

O Tesouro Nacional, por sua vez, avaliou que podem ser observados "efeitos positivos da atividade econômica mais forte" sobre o resultado das contas do governo.

A instituição informou, também, que a manutenção da recuperação econômica requer a "continuidade do protocolo adotado pela política fiscal em 2020 e em 2021, com as medidas emergenciais sendo tratadas como exceções por meio de cláusulas de escape das regras fiscais e as despesas permanentes respeitando as regras fiscais compatíveis com o período de normalidade".

"Essa estratégia garantiu o controle das expectativas sobre a solvência das contas públicas brasileiras num momento de muita turbulência. A consolidação fiscal e a confiança dos agentes econômicos são fundamentais para manter a recuperação econômica em curso e para construir as condições necessárias para uma economia vigorosa no período pós-pandemia", concluiu.

Antecipação do superávit

Na avaliação do secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, é possível o governo registrar superávit primário em 2024 ou 2025. O prazo é melhor do que o previsto no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022, enviado pelo governo ao Congresso em 15 de abril. Na ocasião, o governo estimou ser possível ter superávit somente em 2026 ou 2027.

"A gente tinha uma estimativa no PLDO, de fato, de alcançar [o superávit] em 2026 ou 2027, mas de lá para cá tivemos revisões, e temos uma perspectiva de alcançar mais cedo", comentou Bittencourt.

"O que mudou foram as variáveis macroeconômicas, estamos prevendo mais crescimento, outro patamar de câmbio e dos índices de preço, tudo isso afeta as variáveis, de modo que, mantendo as nossas premissas de cumprimento das regras fiscais, conseguimos alcançar o superávit mais perto de 2024, 2025", complementou.



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

sexta-feira, 28 de maio de 2021

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

BAHIA TEM TAXA RECORDE DE DESEMPREGO NO PAÍS COM 21.3%; BRASIL 14.7%

A taxa de desocupação na Bahia foi de 21,3% no 1º trimestre de 2021, quebrando o recorde de 2020 e ficando no maior patamar para o estado em nove anos

Tasso Franco, da redação em Salvador | 27/05/2021 às 15:34



Imóvel aonde era um restaurante na Barra

Foto: BJÁ

A Bahia recorde na taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2021. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de desempregados no estado foi de 21,3%, o mais elevado do Brasil, empatado com Pernambuco.

Ainda segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE, o número de desempregados na Bahia também foi o maior da série histórica do estudo, que acontece desde 2012, com o registro de 1,386 milhão de pessoas em busca de trabalho.

Ao mesmo tempo, a população ocupada voltou a cair, após ter aumentado no fim de 2020, e ficou em 5,135. Os dados do instituto indicam que, no período de um ano, 565 mil pessoas deixaram de trabalhar no estado. No Brasil, a taxa de desemprego também foi a mais alta da série histórica, com 14,7% de pessoas em busca de ocupação.

A taxa de desocupação na Bahia foi de 21,3% no 1º trimestre de 2021, quebrando o recorde de 2020 e ficando no maior patamar para o estado em nove anos - desde o início da série histórica da PNAD Contínua Trimestral, em 2012. Foi mais uma vez a maior taxa de desocupação do país, empatada com a verificada em Pernambuco (21,3%) e bem acima do indicador nacional, que ficou em 14,7%, também um recorde histórico. Os dados foram divulgados pelo IBGE nessa quinta-feira (27).

A taxa de desocupação mede a proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estão desocupadas (não trabalharam e procuraram trabalho) em relação ao total de pessoas que estão na força de trabalho, seja trabalhando (pessoas ocupadas) ou procurando (desocupadas).

O novo recorde na taxa de desocupação na Bahia (21,3%) foi resultado principalmente do aumento da população desocupada, ou seja do maior número de pessoas que não estavam trabalhando e procuraram trabalho no estado.

Esse contingente chegou a 1,386 milhão de pessoas no 1o trimestre deste ano, o maior em nove anos, desde o início da série da PNAD Contínua Trimestral. Aumentou 6,9% em relação ao último trimestre do ano passado (+90 mil desocupados) e 5,7% em relação ao 1o trimestre de 2020 (+75 mil desocupados).

Enquanto a desocupação chegou a um patamar histórico na Bahia, o número de pessoas trabalhando, fosse em ocupações formais ou informais (população ocupada), voltou a cair no 1o trimestre de 2021, após ter registrado uma leve alta no fim do ano passado.

Entre janeiro e março, os ocupados somaram 5,135 milhões no estado. Isso representou menos 53 mil trabalhadores do que no 4o trimestre de 2020 (-1,0%) e uma retração de 9,9% frente ao 1o trimestre do ano passado. Ou seja, em um ano de pandemia, 565 mil pessoas deixaram de

Fatiamento é ineficaz e deve prejudicar reforma tributária, dizem especialistas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A decisão do Congresso de fatiar a reforma tributária é contraproducente e pode abortar a possibilidade de aprovação, ainda este ano, de uma proposta ampla com efeitos duradouros para a melhoria do ambiente de negócios e do crescimento do País, segundo especialistas ouvidos pelo 'Estadão'. Eles veem risco de a reforma se resumir a uma mera unificação do PIS/Cofins, levando a um aumento da carga tributária para os contribuintes brasileiros.

O fatiamento foi acertado esta semana pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), três semanas após a apresentação do parecer do relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) - que defendeu uma reforma ampla, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), na comissão mista criada justamente para buscar uma convergência de propostas. A comissão mista foi extinta no mesmo dia da apresentação do relatório.

Pelo acordo fechado esta semana, a Câmara vai votar a projeto de lei do ministro da Economia, Paulo Guedes, que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), reunindo o PIS/Cofins, e prevê ainda mudanças no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e no Imposto de Renda tanto das empresas como das pessoas físicas. Já o Senado ficou com o projeto do novo Refis e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de uma reforma abrangendo também os tributos dos Estados (ICMS) e dos municípios (ISS).

Os especialistas criticam principalmente essa divisão da proposta dos tributos que incidem sobre o consumo. 'Esse é um problema. O ideal é legislar tudo em bloco e implementar em partes', diz o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Rodrigo Orair. Segundo ele, como o quórum para aprovação do CBS, por projeto de lei, é menor do que o exigido para uma PEC, há o risco de a reforma ficar apenas na primeira fase. 'É um tiro no pé.'

Um dos problemas apontados pelo pesquisador do Ipea é que, ao deixar explícito na nota fiscal o peso do tributo na compra dos produtos, o efeito poderá ser a impopularidade, tornando isso um obstáculo para a complementação da reforma. Outro problema é que a CBS pode gerar questionamentos jurídicos, porque avança numa área de tributação sobre valor agregado que é dos Estados e municípios.

O presidente da Câmara prometeu tocar a reforma a partir da próxima semana, já com a indicação de

relatores. Ele reconheceu que o fatiamento tem gerado críticas. 'Acertamos os procedimentos da reforma tributária para fazermos a reforma possível com três pilares básicos, sem aumentar a carga tributária e dar segurança jurídica', escreveu ele no Twitter.

O advogado Luiz Bichara, do Bichara Advogados, compara o fatiamento a uma reforma de uma casa que ficou muito cara e acabou se transformando apenas numa troca do tecido do sofá da sala. Para ele, é inviável essa divisão do CBS do IBS tecnicamente. 'Todo o desenho da simplificação da PEC pressupõe a existência de um IVA só, dificultando o acoplamento posterior', afirma. 'Não é uma torta que pode fatiar. O CBS não é uma reforma para mim', diz, acrescentando que haverá um aumento inequívoco da carga tributária. Sobre o restante das propostas, é cético: 'O Guedes fala muito, mas não apresenta as propostas'.

Já o tributarista Eduardo Fleury, da FCR Law, ressalta que o relatório de Aguinaldo Ribeiro aparou arestas com vários setores, como construção civil e agricultura, que terão de ser negociadas com a CBS. 'Sem falar que a discussão do Imposto de Renda é muito ampla e não vejo como conseguir fazer as duas coisas.'

Rafael Cortez, cientista político da Tendência Consultorias, alerta que o fato de a CBS ser um projeto de lei pode ajudar na aprovação mais rápida, mas acabar resultando em menor impacto. Segundo ele, o fatiamento pode levar à percepção de que a CBS terá uma vida curta e gerar um choque de incertezas no futuro.

Com o fatiamento, ganhou fôlego outra vez a discussão sobre a volta da CPMF, defendida por Guedes com o argumento de garantir a desoneração da folha de pagamentos. Para o presidente da Confederação Nacional de Serviços, Luigi Nese, o setor só aceita a CBS se vier junto com a desoneração da folha por meio de uma nova CPMF para financiamento. 'É única proposta viável.'

Procurado, o ministério diz que o temor de aumento da carga tributária é injustificado. 'A CBS está desenhada para prover a mesma **arrecadação** real obtida com PIS e Cofins. Haverá algum realinhamento de preços, com aumento de uns e redução de outros, mas com neutralidade no conjunto.' Diz ainda que o projeto de IR está em fase adiantada de elaboração, mas neste momento não há data fixada para envio ao Congresso.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Guedes quer aprovar reforma tributária em 5 meses e afirma que não vai aumentar impostos

Em evento com empresários da indústria, o ministro disse que proposta só não saiu no ano passado devido à exigência dos governos estaduais em obterem fundos bilionários de compensação

Eduardo Rodrigues e Célia Froufe, O Estado de S.Paulo
27 de maio de 2021 | 14h34

Conteúdo Completo

[^ FECHAR](#)

> Guedes quer aprovar reforma tributária em 5 meses e afirma que não vai aumentar impostos

['Somos liberais, mas não somos trouxas', diz Paulo Guedes](#)

[Live com Paulo Guedes tem invasão hacker com música e imagens pornográficas](#)

BRASÍLIA - Após ser cobrado pelas associações setoriais da indústria por uma **reforma tributária** ampla, o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, disse que o governo quer uma reforma ampla, mas que seja “rápida e prática”, para ser viabilizada ainda neste ano.

“Temos de cinco a seis meses para fazer isso. Eu mesmo tive que abrir mão de alguns pontos, como a desoneração da folha de salários, para aprovarmos uma reforma rápida. Ou seja, todos continuarão onerados, mas pelo menos a economia voltou a crescer mais rápido”, admitiu Guedes, em referência à proposta de criação de um imposto digital (nos moldes da extinta **CPMF**) para bancar a desoneração da folha.

LEIA TAMBÉM



['Guedes quer é aumentar imposto com a CPMF', diz relator da proposta de reforma tributária](#)

Segundo o ministro, a reforma só não saiu no ano passado devido à exigência dos governos estaduais em obterem fundos bilionários de compensação. “A reforma tributária ampla é ideal, mas não às custas da União. Os Estados queriam tirar meio trilhão de reais da União. Eu resisti a entrar em uma reforma tributária suicida, que quebraria a União”, respondeu, em participação em evento realizado pela Coalizão Indústria nesta quinta-feira, 27. “A União não se deixará assaltar, falamos isso aos governos estaduais.”

Para Guedes, a proposta de paridade entre União, Estados e municípios no controle das receitas é “patética”. “Seria um terço de assentos para municípios, um terço para Estados e um terço para a União. Ou seja, os governos regionais iriam controlar as receita da União, isso é patético”, acrescentou.

O ministro lembrou que a proposta do governo é reduzir em 5% o imposto sobre as empresas, além da redução de tributos sobre a energia elétrica e os combustíveis. “O ritmo de abertura do País acompanhará desenvolvimento interno da indústria. A abertura da economia tem que ser lenta para respeitar parque industrial.”

Paulo Guedes repetiu que o governo não vai aumentar impostos para reduzir o déficit fiscal. Ele lembrou que a arrecadação federal já cresceu 40% neste ano, devido à recuperação da economia. “Não vamos subir os impostos, vamos controlar os gastos. Os impostos serão mantidos ou reduzidos. Vamos fechar o déficit com a recuperação econômica. A projeção de déficit neste ano já caiu R\$ 100 bilhões. Quem sabe a gente cresce (a economia) 4% ou 4,5% no ano que vem e acabamos com o déficit”, afirmou.

A estimativa de rombo primário do Governo Central neste ano caiu de R\$ 286 bilhões (3,5% do PIB) para R\$ 187,7 bilhões (2,2% do PIB), de acordo com a nova grade de parâmetros do **Ministério da Economia**, divulgada na semana passada.

'Economia de guerra'

O ministro declarou que, se houver uma terceira onda da pandemia, o governo poderá aumentar a “economia de guerra” para fazer frente aos impactos na população. “Se a pandemia fustigar novamente, se uma variante não for atacada pela vacina, se não estiver funcionando, vamos aumentar a economia de guerra. O protocolo está pronto, bata acionar a cláusula de calamidade da PEC Emergencial”, respondeu, ao reafirmar que não irá faltar dinheiro para a saúde, nem para uma eventual necessidade de renovação do auxílio emergencial e de outras medidas.

“Temos nossos princípios básicos, em primeiro lugar a saúde dos brasileiros. Temos compromisso é com a saúde e com a economia. Imagine uma economia desorganizada em meio a uma pandemia: o país afunda. Observem os dramas da Venezuela e da Argentina”, disse.

O ministro afirmou que "o **auxílio emergencial** é uma arma que temos e que pode, sim, ser renovada", conforme a necessidade. "Se as mortes continuarem e as vacinas não chegarem, teremos que renovar. Não é o nosso cenário hoje, mas é uma ferramenta que pode sim ser renovada", disse.

Para ele, se o País continuar a vacinação em massa, a reabertura da economia pode tornar desnecessária a prorrogação do auxílio. "Se conseguimos vacinar 70% da população, com 100% dos idosos imunizados, não seria necessário estender o auxílio."

NOTÍCIAS RELACIONADAS

['Guedes quer é aumentar imposto com a CPMF', diz relator da proposta de reforma tributária](#)

[Fatiamento é ineficaz e deve prejudicar reforma tributária, dizem especialistas](#)

Tudo o que sabemos sobre:

Paulo Guedes

reforma tributária

Conteúdo Completo

› [Guedes quer aprovar reforma tributária em 5 meses e afirma que não vai aumentar impostos](#)

['Somos liberais, mas não somos trouxas', diz Paulo Guedes](#)

[Live com Paulo Guedes tem invasão hacker com música e imagens pornográficas](#)

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE





Fachin ordena que União pague R\$ 8,2 bilhões em precatórios do Fundef à Bahia; AGU vê risco para situação fiscal

Decisão compromete 'capacidade operacional' da máquina pública e cumprimento de regras de responsabilidade fiscal, diz Advocacia-Geral da União

Bruno Luiz, especial para O Estado de S. Paulo

28 de maio de 2021 | 05h15

O ministro **Edson Fachin**, do Supremo Tribunal Federal (STF), ordenou que a União pague R\$ 8,2 bilhões ao governo da **Bahia**, referentes a **precatórios** do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). O valor deve ser liberado integralmente, após expedição de alvará pelo presidente da Corte, ministro Luiz Fux.

Em manifestação anexada ao processo, a **Advocacia-Geral da União (AGU)** argumentou que o pagamento do montante pode agravar a situação orçamentária do governo ao comprometer a estabilidade da dívida pública, prejudicar a 'capacidade operacional das unidades administrativas federais' e aumentar o risco de descumprimento de normas de responsabilidade fiscal.

A decisão, publicada no Diário da Justiça Eletrônico da terça-feira, 25, é referente a um caso que tramita na Corte desde 2002. Na ação, o Estado da Bahia cobra indenização pela falta de repasses federais à conta do Fundo. Em setembro de 2017, o plenário do STF aceitou, parcialmente, o pedido do governo baiano e condenou a União a pagar a diferença dos valores de complementação, mas recursos das partes postergaram o cumprimento da sentença.

A AGU chegou a pedir que o pagamento da dívida fosse adiado ou parcelado, para evitar problemas aos cofres do governo, que se depara com limitações fiscais. O [Orçamento federal](#) para 2021, por exemplo, prevê apenas R\$ 74,6 bilhões em recursos para livre uso por parte do Executivo, valor considerado pelos especialistas como insuficiente para custear despesas discricionárias (investimentos em obras, educação, saúde, entre outras áreas). Em nota técnica enviada à Corte, a Secretaria de Orçamento Federal propôs pagar uma parcela de R\$ 1,27 bilhão em 2022 e outras de R\$ 1,44 bilhão, de 2023 a 2027.

Fachin avaliou, no entanto, que o governo teve quase 20 anos para se planejar para quitar a dívida, o que não justificaria seu adiamento. “Durante os quase 20 anos de tramitação desta ação e, especialmente a partir do ano de 2017, data do julgamento do mérito, teve a parte executada tempo suficiente para programar-se junto aos seus órgãos de controle orçamentário e fiscal, de modo a afastar qualquer justificativa quanto à imprevisibilidade da quantia a ser disponibilizada para a parte exequente”, argumentou Fachin em trecho da decisão. “Não verifico nos autos situação que, per se, justifique a interrupção ou postergação do cumprimento do acórdão condenatório, tampouco a imposição do parcelamento”, complementou.

COM A PALAVRA, A AGU

Procurada pelo Estadão, a AGU não se manifestou até a publicação deste texto. O espaço está aberto.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 28/05/2021	Caderno: Economia



ICMS na base do PIS e da Cofins: cenário a partir do julgamento do Supremo e do parecer da PGFN

Mateus da Cruz*

28 de maio de 2021 | 09h00

O STF enfim julgou os embargos de declaração no Recurso Extraordinário nº 574.706/PR no último dia 13/05/2021, quatro anos depois de fixar a tese de que “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS” (Tema 69 da Repercussão Geral), em 15/03/2017.

Apesar do entendimento favorável aos contribuintes em 2017, ainda pairava dúvida a respeito da possibilidade de modulação dos efeitos da decisão, bem como sobre qual valor que deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS: se seria o valor do ICMS destacado nas notas fiscais ou o valor de ICMS efetivamente recolhido.

A resolução desse impasse era da maior relevância, dado que o cenário dos últimos quatro anos foi de demasiada insegurança jurídica. Isso porque a Fazenda Nacional insistia que o valor correto a ser excluído pelos contribuintes era o ICMS a recolher, significativamente menor do que o valor destacado em nota.

Para melhor explicar essa diferença, importa dizer que, enquanto o ICMS destacado em nota fiscal corresponde ao tributo total que incide sobre as operações dos contribuintes, o ICMS a recolher é o saldo devido após o abatimento de eventuais créditos do imposto cobrado nas operações anteriores, em função da não-cumulatividade.

Essa disputa, contudo, foi pacificada, tendo o Supremo se posicionado expressamente no sentido de que, “no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das

contribuições PIS-COFINS, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado”. Essa tese, conforme indicado acima, é mais benéfica aos contribuintes, pois como o valor do ICMS destacado é maior que o ICMS a recolher, é maior a dedução desse tributo da base do PIS e da COFINS, resultando numa diminuição mais considerável da carga tributária das empresas.

No que tange à modulação dos efeitos, foi fixada como data limite a do primeiro julgamento da tese, ou seja, 15/03/2017, o que significa dizer que os contribuintes que ainda não solicitaram qualquer restituição ou compensação somente podem fazê-lo em relação a eventuais indébitos a partir dessa data, ressalvados aqueles que já haviam ingressado com ações judiciais ou administrativas antes de 15/03/2017, que terão direito a restituir períodos pretéritos.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional reagiu editando o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, aprovado em 24/05/2021, com o intuito de orientar a administração tributária a respeito do entendimento do STF. Reconheceu-se a tese fixada de forma desfavorável ao Fisco, com repercussão geral, o que significa que a PGFN está dispensada de contestar, contrarrazoar ou recorrer, bem como de desistir de recursos já interpostos a respeito da matéria, desde que inexistam outros fundamentos relevantes.

Essa dispensa também valerá para os Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita, que deverão deixar de autuar os contribuintes por créditos tributários relativos ao assunto. Isso possibilitará inclusive a revisão de ofício de lançamentos já feitos e a repetição de indébito administrativa de valores pagos indevidamente pelos contribuintes, sem a necessidade da propositura de novas ações judiciais, conforme o disposto na Lei nº 10.522/2002.

Entretanto, é importante esclarecer que o entendimento fixado no Parecer da PGFN não é automaticamente aplicável. Antes, deverá ser apreciado pela RFB, que poderá fazer considerações ou questionamentos à PGFN acerca do cumprimento do entendimento fixado pelo Supremo, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01/2014. A resposta aos questionamentos da RFB pela PGFN é que vinculará a administração tributária ao entendimento do Tema 69 da Repercussão Geral do STF.

De todo modo, esses trâmites burocráticos da Fazenda para assimilar a exclusão do ICMS destacado em nota da base de cálculo do PIS e da COFINS são um bom indicativo para os contribuintes, que terão mais segurança para apurar essas Contribuições da maneira correta, bem como poderão perquirir a restituição dos indébitos de forma mais célere e simplificada.

***Mateus da Cruz, advogado, especialista em Direito Tributário e sócio do escritório Dias, Lima e Cruz Advogados em Brasília/DF**

'Somos liberais, mas não somos trouxas', diz Paulo Guedes

Em evento com empresários da indústria, o ministro afirmou que o ritmo de abertura da economia precisa respeitar o 'patrimônio' do parque industrial nacional

Eduardo Rodrigues e Célia Froufe, O Estado de S.Paulo
27 de maio de 2021 | 13h33

Conteúdo Completo

[FECHAR](#)

> 'Somos liberais, mas não somos trouxas', diz Paulo Guedes

[Live com Paulo Guedes tem invasão hacker com música e imagens pornográficas](#)

[Guedes quer aprovar reforma tributária em 5 meses e afirma que não vai aumentar impostos](#)

BRASÍLIA - O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, disse nesta quinta-feira, 27, que a reindustrialização do Brasil é um dos objetivos do governo. Para ele, o ritmo de abertura da economia precisa respeitar o "patrimônio" do parque industrial nacional. "Somos liberais, mas não somos trouxas", afirmou, em participação em evento realizado pela Coalizão Indústria, em Brasília.

O ministro disse que assistiu com "muita tristeza" à redução da participação da indústria no **Produto Interno Bruto (PIB)** brasileiro nas últimas décadas. "A forma de uma indústria ficar viva era conseguir uma proteção em Brasília e dividir com seus sindicatos o butim contra a sociedade brasileira. Enquanto havia uma exploração do consumidor, a indústria foi esmagada de 35% para 11% do PIB, quando ainda poderíamos ter de 20% a 25% do PIB."

LEIA TAMBÉM



Ministério da Economia faz nova troca de comando em secretarias; saiba quem são os nomeados

Mais uma vez, o Guedes citou as medidas tomadas pelo governo durante a pandemia de covid-19 e defendeu a vacinação em massa da população para o retorno seguro ao trabalho. Ele repetiu que a abertura comercial do Brasil ocorrerá de forma gradual, com a aprovação de medidas de competitividade antes de uma abertura total. Ele citou a aprovação de novos marcos de cabotagem, energia e gás. "Nós não vamos derrubar a indústria brasileira em nome da abertura comercial", afirmou.

Segundo o ministro, há ainda necessidade de revisão dos impostos sobre o setor produtivo. "A agroindústria brilha no mundo também porque setor tem 'ausência de tributação'", comentou.

Guedes defendeu ainda a criação de um polo digital no meio da Amazônia brasileira, semelhante ao Vale do Silício nos Estados Unidos, para atrair as grandes companhias estrangeiras do setor. "É preciso isenção tributária de 20 anos a companhias externas e brasileiras com sede na Amazônia. Manaus tem que ser a capital mundial da economia verde. O futuro é verde e digital, temos que redesenhar o modelo na Amazônia."

Em meio aos embates do presidente **Jair Bolsonaro** com a **CPI da Covid no Senado**, o presidente chegou a ameaçar a **Zona Franca de Manaus** para atingir o presidente da Comissão Parlamentar, senador Omar Aziz (PSD), e o senador Eduardo Braga (MDB) - ambos representantes do Amazonas. "Imagine Manaus sem a Zona Franca. Hein, senador Aziz? Você que fala tanto na CPI, senador Eduardo Braga. Imagine aí o Estado, ou Manaus, sem a Zona Franca?", disse o presidente em live no último dia 20.

A fala de Bolsonaro foi rebatida por diversos parlamentares do Amazonas. Guedes reafirmou que tem "muito respeito" pela Zona Franca.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

[Ministério da Economia faz nova troca de comando em secretarias; saiba quem são os nomeados](#)

[Governo quer que programa de inclusão de jovens no mercado de trabalho tenha duração de 1 ano](#)

FOLHA DE S.PAULO



Governo reduz gasto de enfrentamento à pandemia e tem superávit de R\$ 41 bi até abril

Contas federais ficaram no azul em R\$ 16,5 bilhões em abril, contra um rombo de R\$ 93 bilhões no mesmo mês de 2020

27.mai.2021 às 15h18

Bernardo Caram (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/bernardo-caram.shtml>)

BRASÍLIA Com uma forte redução nos gastos

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/aperto-no-orcamento-trava-programas-de-emprego-do-governo.shtml>) de enfrentamento à pandemia em 2021 e uma alta nas receitas, o governo registrou superávit de R\$ 41 bilhões nos quatro primeiros meses deste ano. O resultado, divulgado pelo Tesouro Nacional nesta quinta-feira (27), é o quarto melhor para o período da série histórica iniciada em 1997.

Em abril, o governo conseguiu arrecadar

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/guedes-defende-deduocoes-para-compra-de-maquinas-e-equipamento-na-reforma-tributaria.shtml>) um volume maior do que o total de gastos. Com isso, registrou superávit de R\$ 16,5 bilhões. No mesmo mês de 2020, quando o país vivia o início da pandemia, foi registrado um rombo de R\$ 93 bilhões nas contas federais.

O resultado do mês não era esperado pelo mercado. Levantamento feito pelo Ministério da Economia (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/auxilio-emergencial-e-uma-arma-que-nos-temos-e-pode-ser-renovado-diz-guedes.shtml>) apontava para um déficit de R\$ 20 bilhões.

“O resultado [foi] influenciado pela evolução da arrecadação, bem como pela redução significativa dos gastos em resposta à crise da Covid-19”, informou o

Tesouro.



O ministro Paulo Guedes (Economia) - Adriano Machado - 19.ago.20/Reuters

Em abril de 2020, com menos de dois meses de pandemia,

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/taxa-de-desemprego-chega-a-147-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas-no-primeiro-trimestre.shtml>) o governo já havia liberado R\$ 45 bilhões em gastos emergenciais fora do teto, regra que limita as despesas públicas

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/se-o-imposto-foi-interditado-nao-vou-brigar-por-ele-diz-guedes-sobre-tributo-semelhante-a-cpmf.shtml>). Nos quatro primeiros meses de 2021, esse gasto somou R\$ 20 bilhões.

Neste ano, o governo optou por não renovar a calamidade pública que vigorou em 2020 e permitiu uma expansão de gastos públicos para o enfrentamento à pandemia (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/exclusao-digital-deixou-familias-pobres-sem-auxilio-emergencial.shtml>). Sem Orçamento aprovado, os programas emergenciais foram interrompidos por mais de três meses.

Em março, o Congresso aprovou a PEC Emergencial e destravou a nova rodada do auxílio emergencial (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/congresso-promulga-pec-que-destrava-nova-rodada-do-auxilio-emergencial.shtml>). Os pagamentos foram iniciados em abril.

Além disso, somente no fim do mês passado houve liberação de recursos para a reedição do programa que permite corte de jornadas e salários de trabalhadores, (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/calculadora-mostra-renda-de-trabalhador-em-novo-programa-de-suspensao-de-contrato-e-reducao-de-salario.shtml>) com compensação parcial paga aos trabalhadores afetados.

FERRAMENTA

1 Calculadora mostra renda de trabalhador em novo programa de suspensão de contrato e redução de salário

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/calculadora-mostra-renda-de-trabalhador-em-novo-programa-de-suspensao-de-contrato-e-reducao-de-salario.shtml>)

De acordo com o Tesouro, uma melhora da economia influenciou positivamente o resultado das contas do governo.

“A percepção de um ambiente econômico mais robusto do que o inicialmente projetado, a viabilização de ações de combate à pandemia que não comprometem o instrumental de controle das finanças públicas, e o fortalecimento do arcabouço fiscal por meio da PEC Emergencial, promoveram efeitos positivos sobre as chamadas condições financeiras”, informou o órgão.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) OU na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)

Guedes diz que reforma tributária ampla é 'suicida'

Para ministro, medida quebraria a União. A empresários, ele disse que desistiu de criar imposto sobre transações financeiras

FERNANDA TRISOTTO
E MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br
FMT/BA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a reforma tributária ampla, que inclui a reformulação de impostos estaduais e municipais, é "suicida" e poderia quebrar o governo federal por meio de um fundo de compensação de meio trilhão de reais. A declaração foi dada em um evento com a Coalizão Indústria, que reúne representantes do setor. No mesmo encontro, Guedes afirmou que "deixou para lá" a

ideia de criar um tributo sobre transações financeiras, nos moldes da CPME.

— Resisti em entrar numa reforma tributária suicida, que ia tirar meio trilhão do governo federal, quebrar a União e tentar um acordo que ia muito além das responsabilidades do ministro da Fazenda — afirmou o titular da Economia.

O governo trabalha com a estratégia de fatiar a reforma tributária, com projetos que tramitarão em paralelo na Câmara e no Senado. Guedes afirmou que há perspectiva de se fazer reformas interes-

tes, relativamente rápido, ainda em 2021.

Segundo o ministro, a reforma ampla é a ideal, mas não pode ser feita às custas da União. Ele afirmou que a insistência dos estados na formação de um fundo de compensação de R\$ 400 bilhões foi o que bloqueou o avanço da proposta.

Guedes também disse aos empresários que desistiu de brigar pela criação de um imposto sobre transações financeiras, parte do plano da equipe econômica para compensar a desoneração ampla da folha de pagamento. Segundo o mi-

nistro, a ideia está interdita politicamente:

— Houve um impedimento a respeito de um imposto de transações, que eu contava com isso para permitir a redução dramática de encargos trabalhistas. Se foi interditado, não vou brigar por ele. Estamos em uma democracia, deixa para lá.

Para uma plateia de empresários do setor, Guedes disse ainda que a reindustrialização do país é um dos objetivos do governo. O ministro afirmou que o ritmo de abertura da economia precisa respeitar o "patrimônio" do parque industrial nacional.

— Somos liberais, mas não somos trouxas — afirmou o ministro, dizendo que assistiu com "muita tristeza" à redução da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro nas últimas décadas.

ENCONTRO VIRTUAL INVADIDO

A reunião com empresários ocorreu presencialmente em um hotel em Brasília, mas foi transmitida a jornalistas pela plataforma Zoom. No início do evento, a sala virtual foi invadida por pessoas falando em idiomas estrangeiros. Os invasores exibiram vídeos pornográficos

e gritaram, atrapalhando a fala do ministro, em um tipo de ataque conhecido como "zombombing".

A Coalizão Indústria disse em nota que os perfis invasores "foram excluídos rapidamente", que a falha só ocorreu na transmissão para a imprensa e não foi transmitida para o evento presencial. Em nota, o Zoom condenou o ataque e disse que atualizou suas configurações recentemente para evitar esse tipo de ato. A plataforma disse também que tem instruído os usuários sobre as melhores práticas de segurança para configurar suas reuniões, incluindo a recomendação de que evitem compartilhar links e senhas de reuniões privadas publicamente em sites, mídias sociais ou outros fóruns públicos.

Veículo: O Globo	Edição digital/Impressa
Data: 28/05/2021	Coluna: Economia

O GLOBO

Contas públicas têm o melhor abril em sete anos

Com arrecadação recorde e redução de gastos com pandemia, governo registra superávit de R\$ 16,5 bi no mês, acima das previsões

BRASÍLIA

As contas do governo federal fecharam o mês de abril com um resultado positivo de R\$ 16,5 bilhões, dado surpreendente puxado por arrecadação recorde e pela redução dos gastos com a pandemia de Covid-19. O número, divulgado ontem pelo Tesouro Nacional, veio acima da expectativa mais otimista do mercado e também superior

às previsões do governo.

O resultado de abril foi o melhor para o mês em sete anos, ou seja, desde 2014, quando foi registrado um saldo positivo de R\$ 23,4 bilhões (valor corrigido pela inflação), de acordo com o Tesouro.

— Isso é resultado de uma atividade econômica que vem se recuperando e de uma diretriz de política fiscal de manter a consolidação fiscal, cumprindo estritamente

as regras, sem descuidar da pandemia e dos gastos — disse o secretário do Tesouro, Jefferson Bittencourt.

As contas ficam no azul quando as receitas com impostos superam as despesas. Na comparação com o ano passado, a arrecadação disparou e a despesa caiu.

Em 2020, o mês de abril foi marcado por uma queda brusca na receita e o início do pagamento do auxílio emergencial

de R\$ 600. Já em 2021, a arrecadação federal não caiu e o auxílio médio é R\$ 250 para menos beneficiários.

Além disso, o Orçamento de 2021 foi sancionado somente no fim de abril. Com isso, os gastos públicos ainda estavam contidos, já que as regras limitam as despesas até a sanção da peça orçamentária.

Comparado a abril de 2020, a melhora no resultado observado decorre da combinação

de um aumento real (descontada a inflação) de 58,8% da receita líquida e uma redução de 34,4% das despesas totais.

DEVOLUÇÃO DO AUXÍLIO

Bittencourt afirmou que entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 4,7 bilhões foram devolvidos neste ano aos cofres federais por pessoas que haviam recebido indevidamente o auxílio emergencial. Somente em abril, foram R\$ 700 milhões.

Entre janeiro e abril deste ano, o governo registrou um superávit de R\$ 41 bilhões, ante déficit de R\$ 95,9 bilhões no mesmo período de 2020.

Para o Tesouro, os resultados dos leilões de concessão, como os dos aeroportos e o da Cedae, são exemplos do otimismo com a atividade econômica e seus impactos sobre o setor público.

“A retomada da confiança dos agentes econômicos e a melhora das condições financeiras permitem a retomada da economia brasileira após o forte choque negativo provocado pela pandemia de Covid-19”, comentou o Tesouro em nota. (Manoel Ventura)

PRESSÃO A MAIS NA CONTA DE LUZ

CONTRA FALTA DE ENERGIA

Governo prepara leilão extra de termelétricas para afastar risco de racionamento

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@bh.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Diante de uma seca histórica em reservatórios de usinas hidrelétricas, o governo está estruturando um leilão extra a ser realizado ainda neste ano para a contratação de termelétricas que hoje não fazem parte do sistema de fornecimento de energia do país. O objetivo é garantir o suprimento de eletricidade e afastar qualquer risco de racionamento no segundo semestre.

Normalmente, o governo faz leilões para ampliar a capacidade instalada. Isso significa que os certames são planejados de acordo com a demanda das distribuidoras de energia. São elas que de fato contratam as usinas. Desta vez, o que está sendo avaliado é a contratação de uma espécie de "seguro", que poderia ser acionado a qualquer momento para garantir o fornecimento. Nesses casos, é preciso pagar pela garantia de contar com a energia disponível. E a conta será compartilhada com todos os consumidores do país, por meio de encargos na conta de luz.

A medida se soma a outras já adotadas este ano para garantir o suprimento, como o acionamento de todas as termelétricas disponíveis e a importação de energia da Argentina e do Uruguai.

Nos cálculos do governo, este leilão de segurança se faz necessário em razão da seca histórica nos reservatórios de algumas das principais hidrelétricas do país e do atraso em uma termelétrica a gás natural, que deveria entrar em operação no fim deste mês. A usina, porém, só entrará em operação no meio do ano. Diante do quadro de restrição na oferta, a lógica é que o custo maior seria o do risco de ficar sem energia.

USINA DE BIOMASSA

Segundo fontes ligadas ao Ministério de Minas e Energia (MME), a intenção é contratar usinas termelétricas majoritariamente de biomassa como "oferta extra continuada", dando condições para acionar as unidades geradoras nos momentos em que for necessário contar com essa eletricidade.

Tradicionalmente, usinas movidas a biomassa são mais baratas do que as movidas a diesel, mas têm preço mais elevado do que as movidas a gás. Do ponto de vista ambiental, são menos poluentes que outras fontes termelétricas, como o próprio diesel e o carvão.

Procurado pelo GLOBO, o MME informou que "trabalha na elaboração de regulamentação e de diretrizes para

contratação de reserva de capacidade, na forma de potência", modelo permitido após uma lei aprovada no fim do ano passado.

"A realização de leilão de reserva de capacidade no segundo semestre de 2021 é possibilidade estabelecida desde dezembro de 2020", disse o MME, acrescentando: "A contratação de reserva de capacidade tem por objetivo garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica e sua necessidade deve ser definida com base em estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do Operador do Sistema Elétrico Nacional (ONS), respeitados os critérios gerais de garantia de suprimento estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)", colegiado presidido pelo ministro de Minas e Ener-

Alerta de emergência hídrica afeta 5 estados de junho a setembro

> Em mais um sinal do cenário de escassez de chuvas, o Sistema Nacional de Meteorologia (SNM) emitiu o primeiro Alerta de Emergência Hídrica para o período de junho a setembro, na região da Bacia do Paraná, que abrange os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná.

> "As perspectivas climáticas para 2021/2022 indicam que a maior parte da região central do país, a partir de maio até final de setembro, entra em seu período com menor volume de chuvas (estação seca)", disse o Ministério da Agricultura em nota conjunta com institutos que integram o sistema.

gia, Bento Albuquerque.

Dados do ONS apontam que de setembro a abril foi o período em que menos entrou água das chuvas nas barragens em ao menos 90 anos, ou seja, foi a pior afluência nos reservatórios das regiões das hidrelétricas desde que isso começou a ser registrado, em 1931.

O resultado disso é que os volumes nos reservatórios estão baixos, mesmo após o período de chuvas. Isso gera uma preocupação especialmente a partir do segundo semestre, auge da seca. Para suprir o déficit de geração hidrelétrica, o governo aciona termelétricas, inclusive as mais caras.

Para se ter ideia do peso que estas usinas já representam no sistema neste ano, na última semana de maio foram usados 12.606 megawatts (MW) médios por dia, o dobro do que foi utilizado em

igual período do ano anterior. Mesmo em 2019, antes da pandemia e da desaceleração da atividade econômica, o patamar na mesma semana foi de 7 mil MW médios/dia.

Como O GLOBO revelou, o governo permitiu ligar todas as termelétricas que já fazem parte do Sistema Interligado Nacional (SIN) para garantir o suprimento. Mesmo assim, haveria risco no segundo semestre, quando algumas usinas entrarão em manutenção, além do período de seca reduzir a produtividade das hidrelétricas.

Nem todas as termelétricas construídas no país fazem parte do SIN. No caso da biomassa, elas podem estar servindo, por exemplo, para consumo próprio ou contratos com agentes fora do sistema nacional. O insumo, que é o bagaço da cana-de-açúcar, poderia estar sendo usa-

do para fins diversos à geração de eletricidade.

Além da seca, está no radar do MME a paralisação de termelétricas para manutenção, assim como eventuais dificuldades no fornecimento de gás natural na segunda metade de agosto.

Técnicos do governo dizem que estão trabalhando para vencer as restrições de operação do sistema causadas pela baixa das hidrelétricas. O objetivo é guardar água nos reservatórios e liberar em momentos de pico de demanda e garantir que haja água até o próximo período úmido, que começa em dezembro.

Uma fonte do MME disse que o governo está fazendo ações para aumentar a oferta de geração, de maneira a permitir o uso de excedentes de todas as fontes termelétricas que estejam disponíveis e reduzir o custo do acionamento das usinas. O órgão mapeou as estratégias para a gestão das condições atuais do sistema.

De acordo com fontes do GLOBO, há preocupação especial com o mês de agosto, porque a Petrobras vai fazer manutenção na plataforma de Mexilhão e no gasoduto Rota 1, a partir do dia 15.

A Petrobras diz que a intervenção possibilitará a manutenção preventiva e a realização de melhorias nas instalações. A estatal garante que vai conciliar a manutenção de Mexilhão e da Rota 1 com as paradas programadas de termelétricas próprias e de terceiros, reduzindo assim a demanda por gás dessas usinas. "O cronograma de paradas das termelétricas foi articulado antecipadamente com o ONS, buscando o mínimo impacto possível ao setor", diz a estatal.

MP DA ELETROBRAS ATÉ DIA 11

Adilson de Oliveira, professor do grupo de energia do Instituto de Economia da UFRJ, diz que a situação do fornecimento é "crítica":

— Se houver continuidade na seca como estamos, chegaremos a outubro ou novembro numa situação em que o sistema não será capaz de atender à demanda daquele mês.

O ONS informou que a situação hídrica é bastante adversa e que foram tomadas medidas para garantir o suprimento de energia este ano.

Em outra frente que busca destravar o nó do setor elétrico, o governo e parlamentares aliados trabalham para votar a medida provisória (MP) que permite a privatização da Eletrobras até o dia 11 de junho no Senado. A MP precisa ser votada até o dia 22 de junho para não perder a validade.



Preocupação. ONS afirma que situação hídrica é bastante adversa e várias medidas foram tomadas para garantir fornecimento de energia

Saneamento e transporte têm investimentos mais defasados

Estudo mostra que aplicação de recursos em infraestrutura equivale a 1,55% do PIB, o menor patamar desde 2010

GLAUCÉ CAVALCANTI
glauc@oglobo.com.br

O já reduzido investimento que o Brasil destina anualmente para infraestrutura — de transporte, logística, energia, telecomunicações e saneamento — encolheu em mais de 11% entre 2017 e 2020, para R\$ 115,2 bilhões. É o equivalente a apenas 1,55% do PIB do país, a menor fração destinada ao setor desde 2010, segundo levantamento feito pela Inter.B Consultoria.

O estudo também investigou a defasagem, por setor, dos investimentos — ou seja, a diferença entre o quanto foi aplicado e o quanto seria necessário para ter infraestrutura moderna e sustentável. E chegou à conclusão que este hiato é maior justamente nas áreas mais relacionadas ao bem-estar geral da população: saneamento e transportes, este últi-

mo com forte impacto em mobilidade urbana.

O economista Claudio Frischtak, que coordenou a pesquisa, destaca que a deficiência em serviços de infraestrutura derruba a produtividade de estudantes e trabalhadores. Na ponta, isso freia a atividade econômica.

— Afeta a economia no curto e no médio prazo. Tem grandes externalidades. Quando o investimento na Cedeae estiver pronto, por exemplo, (com acesso a saneamento básico) as pessoas ficarão menos doentes, haverá menos falta à escola, menos afastamento do trabalho, maior produtividade do trabalhador — afirma o economista.

INVESTIMENTO PÚBLICO

O Brasil investiu em média 2,01% ao ano em infraestrutura desde 2001. Seria necessário dobrar, para 4,24%

ao ano, esse volume de investimentos para modernizar e ampliar o estoque de infraestrutura existente no país. As lacunas são maiores em transportes, que receberam apenas 0,65% do PIB e precisariam de 2% do PIB; e em saneamento, que obteve 0,91% do PIB, mas deveria ter 0,44% do PIB.

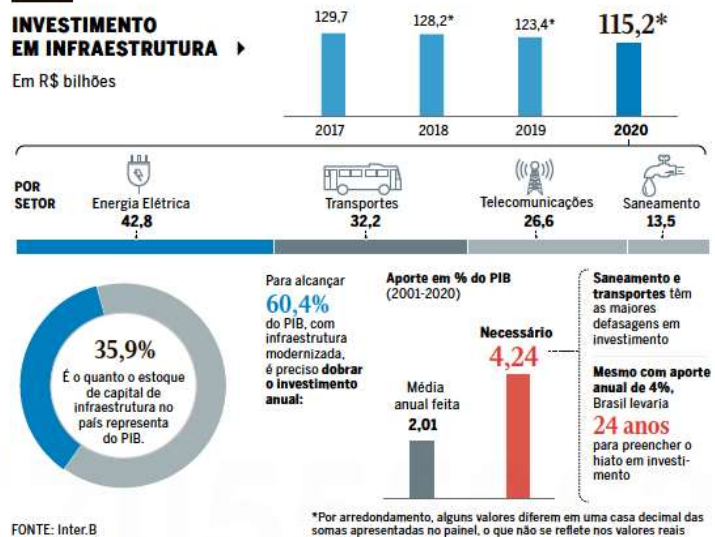
— O país investe pouco e não investe bem. Enquanto não se resolver o problema de governança em infraestrutura e o Estado souber investir bem, não tenho certeza de que colocar mais recursos vai resolver — alerta Frischtak.

Nos últimos quatro anos, o investimento em infraestrutura de transporte tombou em quase 28,5%, para R\$ 32,2 bilhões. No caso da mobilidade urbana, os aportes despencaram 62%, para R\$ 3,8 bilhões.

O segmento, avalia Frischtak, deixa claro que os proble-

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA

Em R\$ bilhões



FONTE: Inter.B

mas na área de infraestrutura no país não estão apenas no pouco recurso financeiro. Ele destaca obras com 30 a 40 anos de idade, em média, e baixo nível de manutenção, resultando em perdas em eficiência, aumento de gastos de operação e riscos aos usuários.

— O tombo de demanda na pandemia levou a um colapso em mobilidade urbana. Afetou a capacidade de investimento das empresas. Trouxe incerteza, mas pesa a ausência de atuação do poder público. É preciso criar um ambiente institucional que aumente a produtividade dos investimentos. Há má regula-

ção. Falta foco em projeto, fiscalização, monitoramento de operação — diz ele.

Com a crise trazida pela Covid-19, continua Frischtak, licitações foram remodeladas e adiadas. O poder público deve, contudo, buscar medidas inovadoras para suprir as demandas em cada área. Em mobilidade, o bilhete único metropolitano, por exemplo, reduz o custo do transporte de forma relevante para o trabalhador, ao mesmo tempo em que o uso de um pedágio urbano poderia garantir recursos para serviços específicos, lista ele.

Dos R\$ 115,2 bilhões investi-

dos em infraestrutura em 2020, menos de 30% vieram de recursos públicos, a menor fatia desde 2010. Em tempos de aperto fiscal e escassez financeira, o capital privado é importante, diz o economista, mas não pode suprir toda a demanda em infraestrutura.

Segundo o levantamento, o conjunto da infraestrutura existente no país representa hoje 35,9% do PIB — embora tenha chegado a 53,7% em meados da década de 1980. Para cobrir a depreciação e modernizar esse estoque existente hoje, é preciso que ele alcance o equivalente a 60,4% do PIB.

Taxa de desemprego chega a 14,7%, o maior patamar da série histórica

País tinha 14,8 milhões em busca de vaga no 1º trimestre. Norte e Nordeste, onde mais pessoas dependiam do auxílio, puxam alta

CAROLINA NALIN
E GABRIELA MEDEIROS*
@carolinanalin @gabrielaibge

A taxa de desemprego no Brasil chegou a 14,7% no trimestre encerrado em março, a maior da série histórica, iniciada em 2012. Com o avanço, o país tem 14,8 milhões de pessoas em busca de trabalho, mostram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) do IBGE, divulgada ontem.

No trimestre encerrado em dezembro, a taxa estava em 13,9%, o que significa que mais 880 mil pessoas passaram a procurar emprego nos três primeiros meses do ano. A Pnad considera todos os tipos de ocupação, formais e informais, diferentemente do levantamento do Caged, divulgado na quarta-feira, que mostrou a criação de 957 mil vagas de janeiro a abril, mas registra apenas trabalhadores com carteira assinada.

Um recorte regional da pesquisa do IBGE mostrou que Norte e Nordeste, onde o pa-

gamento do auxílio emergencial foi mais abrangente, tiveram grande influência no aumento do desemprego. No Norte, a taxa subiu de 12,4%, no trimestre encerrado em dezembro, para 14,8%, nos três primeiros meses de 2021. No Nordeste, a alta no período foi de 17,2% para 18,6%.

— São as regiões onde se tinha maior quantidade de pessoas recebendo o auxílio emergencial. Mesmo com a entrada da nova rodada do benefício (em abril, de menor valor e para menos pessoas), não houve efeito grande. As pessoas voltaram a procurar trabalho, pressionando a taxa de desemprego — explica Rodolpho Tobler, economista do Ibre/FGV.

PIOR MOMENTO

Em março do ano passado, quando o país sentiu os primeiros impactos da pandemia, a taxa de desemprego estava em 12,2%. Com a alta para 14,7% este ano, o nível de ocupação caiu para 48,4%, ou seja, menos da metade da

população em idade para trabalhar está empregada.

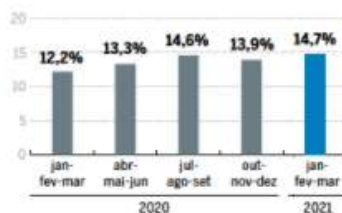
O supervisor financeiro Fábio Borges, de 37 anos, está desempregado há um ano. A renda da mulher, que trabalha como especialista de processos, tem sustentado a família.

— Estou encontrando muita dificuldade, porque as empresas não estão contratando na pandemia. Hoje até estudei um pouco sobre Marketing Digital, para ter uma opção e tentar trabalhar de casa — conta Fábio.

O número de desalentados, aqueles trabalhadores que sequer buscaram uma oportunidade de emprego por não acreditarem que conseguiriam uma vaga, também atingiu o

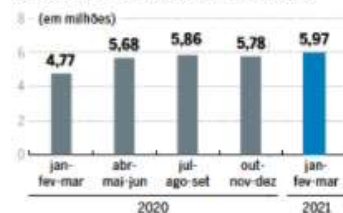
O RETRATO DO MERCADO DE TRABALHO

Evolução da taxa de desemprego por trimestre



Número de desalentados

(Trabalhador que sequer procurou vaga na semana da pesquisa porque achou que não conseguiria)



Taxa de desemprego por região

Comparação do 4º trimestre de 2020 com o 1º trimestre de 2021



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua

Editoria de Arte

maior patamar já registrado no primeiro trimestre: 5,97 milhões de brasileiros.

Adriana Beringuy, analista da pesquisa do IBGE, avalia que este primeiro trimestre pode ser considerado o pior momento para o mercado de trabalho desde o início da pandemia. Além do início de ano tradicionalmente ter um aumento da desocupação, com o fim de trabalhos temporários, houve uma piora da crise sanitária, que dificulta a retomada do emprego, explica:

— Há algumas deficiências no mercado que já vêm de outros anos, e essas fragilidades estruturais, com vínculos frágeis de trabalho, são carregadas pela crise que o país está vivendo.

De acordo com a pesquisa do IBGE, a população ocupada vinha crescendo puxada pela informalidade, mas essa expansão foi interrompida no primeiro trimestre, com a necessidade de isolamento imposta pela nova onda da Covid-19.

IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO

Economistas avaliam que a taxa de desemprego deve subir nos próximos meses, já que a tendência é que mais pessoas voltem a procurar emprego.

Tobler, do Ibre/FGV, pondera que uma recuperação mais consistente depende do avanço da vacinação e da retomada do setor de serviços, que é o principal empregador do país e responde por

cerca de 70% do PIB.

— O setor de serviços é responsável pela maior parte das perdas, nos segmentos de alojamento e serviços domésticos. Sem a volta do mercado de trabalho, não imaginamos a recuperação da massa salarial e do consumo, e isso influenciará o PIB.

João Leal, economista da Rio Bravo Investimentos, espera que os 4,6 milhões de brasileiros que deixaram o mercado de trabalho entre março de 2020 e março deste ano retornem até o fim de 2021:

— Esse movimento deve ser impulsionado pela reabertura mais ampla da economia e pelo avanço da vacinação.

*Estagiária, sob supervisão de Glaucete Cavalcanti



Crise. Fábio procura emprego há um ano

COLÉGIO DECIANA

Fitch reafirma rating do Brasil, com perspectiva negativa

A agência de classificação de risco prevê que o crescimento do PIB alcance 3,3% em 2021

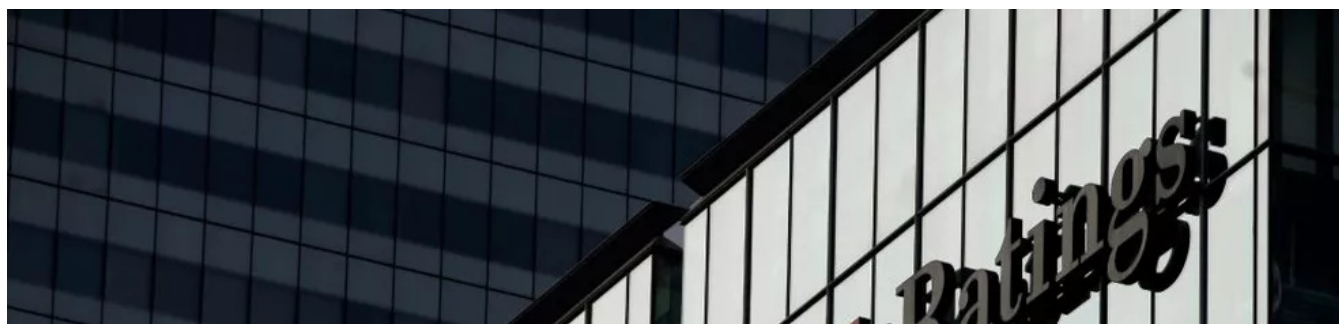
Por Marcelo Osakabe e Álvaro Campos, Valor — São Paulo

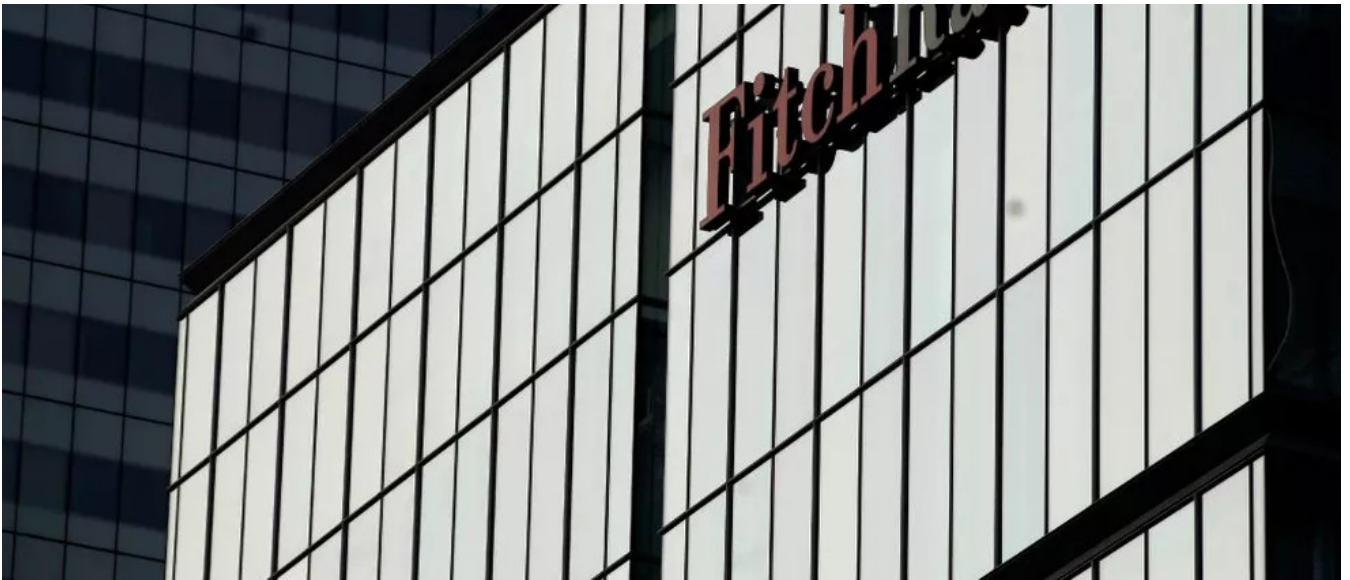
27/05/2021 14h41 · Atualizado há uma hora

A agência de classificação de risco **Fitch** manteve inalterada, nesta quinta-feira, a **nota de crédito** de longo prazo em moeda local e estrangeira do **Brasil** em **BB-**, assim como a **perspectiva “negativa”**.

Em relatório divulgado nesta quinta-feira, a Fitch informa que o país permanece com **endividamento público elevado, estrutura fiscal rígida**, potencial de **crescimento econômico frágil** e cenário político desafiador, que dificulta o avanço das **reformas econômicas e fiscais** no prazo adequado.

Segundo a Fitch, a perspectiva “negativa” para o país reflete os riscos para a consolidação fiscal e recuperação econômica necessária para a estabilização da dívida pública no médio prazo, após a forte deterioração das contas fiscais do Brasil e da carga da dívida pública em 2020, especialmente à luz da evolução incerta da pandemia, o processo de vacinação e consequências econômicas.





Fitch: Brasil tem potencial de crescimento econômico frágil e cenário político desafiado — Foto: Matt Lloyd/Bloomberg

“As pressões sobre os gastos públicos persistem e um apoio fiscal adicional para enfrentar as consequências da pandemia não pode ser descartado. Fragilidades fiscais contínuas, bem como vencimentos de dívidas encurtados, tornam o Brasil vulnerável a choques”, diz a agência.

A Fitch prevê que o crescimento do PIB alcance 3,3% em 2021, após contração de 4,1% em 2020, e depois desacelere para 2,5% em 2022. Este ano, um forte carregamento estatístico, bem como fatores externos, incluindo preços mais altos de commodities e a recuperação do crescimento global (e da China) apoiam o crescimento. Para 2020, políticas macroeconômicas restritivas e incertezas relacionadas à corrida eleitoral podem pesar sobre o investimento e o crescimento.

A agência aponta ainda que riscos negativos derivam da evolução incerta da pandemia e potenciais atrasos no processo de vacinação. “Atrasos no fornecimento de vacinas do exterior e insumos para a produção nacional de vacinas podem adiar o cronograma das autoridades de vacinar a população vulnerável até o final do segundo trimestre e uma parcela substancial de toda a população até o fim do ano”.

Janela de oportunidades para reformas

A Fitch afirmou também que o governo retomou a agenda de reformas este ano, mas que a janela de oportunidade para aprovar esses projetos pode ser fechar no

início de 2022, com o foco mudando para as eleições presidenciais e do Congresso.

“Uma reforma tributária para simplificar o sistema complexo e uma reforma administrativa para conter os custos da folha de pagamento no médio prazo e melhorar a eficiência do setor público foram apresentadas ao Congresso. No entanto, não está claro quanto progresso é possível, dados os interesses escusos, a fluidez da dinâmica do Congresso e a incerteza em torno da pandemia”, diz a agência de rating.

Ainda assim, a Fitch lembra que o Brasil aprovou a autonomia do Banco Central, marcos regulatórios de saneamento e gás, a PEC emergencial e a privatização da Eletrobras — este último só passou pela Câmara e ainda precisa ser aprovado pelo Senado.

O relatório aponta que o Brasil ainda tem grandes desafios fiscais. O déficit orçamentário atingiu 14% do PIB no ano passado, com as medidas para enfrentar a pandemia, e deve cair para 7,4% este ano, ainda bem acima da mediana de países na mesma faixa de rating, que é de 5,2%. A dívida pública, que ficou em 88,8% do PIB no ano passado, deve cair para 86,8% este ano, graças a itens extraordinários, como o pagamento de dívidas pelos bancos públicos.

“A possibilidade de extensão adicional dos gastos relacionados à pandemia representa um risco negativo para nossas projeções fiscais para 2021. Aumentos mais acentuados do que o esperado nos custos de títulos soberanos também podem pesar sobre as perspectivas de consolidação”.

A Fitch acredita que o governo cumprirá o teto de gastos este ano, mas aponta que mais de R\$ 100 bilhões em despesas (mais de 1% do PIB) ficaram de fora desse limite. A agência lembra que, como parte do acordo sobre o Orçamento de 2021, o governo cortou os gastos discricionários a níveis extremamente baixos para abrir espaço para algumas emendas parlamentares, o que restringirá severamente a flexibilidade durante a execução do Orçamento.

A Fitch diz que a pressão para a criação de novos programas sociais para os próximos anos persiste e a possível adição de tais compromissos de gastos sem medidas compensatórias poderia aumentar a rigidez orçamentária.

No âmbito da política monetária, o relatório afirma que as pressões inflacionárias aumentaram significativamente, com o IPCA subindo para 6,8% em abril. A alta dos preços de commodities e alimentos e um câmbio mais fraco pressionaram a inflação, que deve ficar acima da meta de 3,75% este ano.

A Fitch aponta que, depois de cortar a taxa de juros Selic para uma mínima histórica de 2% em 2020, o Banco Central reverteu o curso aumentando as taxas em 1,5 ponto porcentual desde março — e indicando novos aumentos — para combater pressões de preços e evitar uma deterioração das expectativas de inflação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Esta joelheira pode trazer seus joelhos de volta aos 20 anos

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

CASH ROADSTER

LINK PATROCINADO

Não podemos acreditar quem é a esposa de Rodrigo Santoro

TRADING BLVD

LINK PATROCINADO

Bota Caterpillar em couro legítimo

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

Mulher pede divórcio depois de ver essa foto

MISTERSTORY

Resultados fiscais refletem atividade e consolidação, diz secretário do Tesouro

Segundo Jeferson Bittencourt, números têm sido melhores do que a expectativa, colaborando para uma recuperação mais rápida da economia

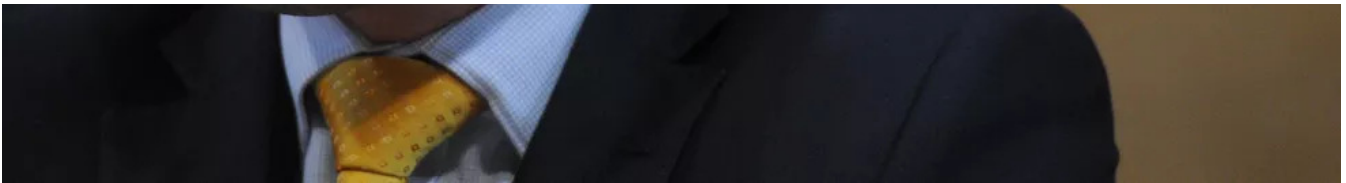
Por Lu Aiko Otta e Edna Simão, Valor — Brasília

27/05/2021 15h38 · Atualizado há 50 minutos

Desde meados de 2020, o governo tem obtido **resultados fiscais melhores do que as expectativas de mercado**, disse nesta quinta-feira o secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, ao divulgar o **resultado primário do governo central no mês de abril**.

Os dados estão acima da mediana e se aproximam das projeções mais positivas do mercado, captados na pesquisa Prisma Fiscal.





— Foto: Luis Ushirobira/Valor

“Isso é resultado de uma atividade econômica que vem se recuperando e de uma diretriz de política fiscal de manter consolidação fiscal, cumprindo estritamente as regras, sem descuidar da pandemia e dos gastos”, disse. As despesas extras têm sido tratadas nas cláusulas de escape das regras fiscais, e com isso os resultados têm sido melhores do que a expectativa, colaborando para uma recuperação mais rápida da economia, acrescentou.

Bittencourt notou que o superávit de R\$ 41 bilhões acumulado no período de janeiro a abril de 2021 é um valor similar ao observado em 2014.

“Vemos inflexão do resultado do governo central, que reflete melhora do quadro do mês a mês contra acumulado do ano”, disse. “Aqui temos um filme do resultado do governo central e vemos movimento de retorno do resultado primário aos patamares pré-crise.”

“Ao longo do ano, veremos inflexão se fortalecendo, porque sairão dados com altos gastos que tivemos em 2020 e entrarão os meses em 2021”, disse. A recuperação não será uniforme, mas a trajetória é a que se iniciou, de recuperação de patamares, acrescentou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Gosta de fazer churrasco? Então você precisa dessa faca samurai japonesa...

HUUSK

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Governo central tem superávit primário de R\$ 16,5 bilhões em abril

Resultado contrasta com aquele de um ano antes, quando houve déficit, de R\$ 93 bilhões

Por Lu Aiko Otta e Edna Simão, Valor — Brasília

27/05/2021 14h57 · Atualizado há 40 minutos



Foto: USP Imagens

O **superávit primário do governo central** – que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – totalizou R\$ **16,492 bilhões em abril**. Um ano antes, houve déficit, de R\$ 93,001 bilhões. No primeiro quadrimestre, o resultado foi positivo em R\$ 41,002 bilhões, ante déficit de R\$ 95,857 bilhões no

mesmo período de 2020. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira pelo Tesouro Nacional.

É “inescapável dizer que há componente de recuperação da economia importante ao explicar o comportamento das receitas”, disse o secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt. A arrecadação foi impactada por diversos fatores, mas o aumento da atividade é importante, ressaltou. Outro destaque é a devolução de parcelas do auxílio emergencial pagas indevidamente, acrescentou.

Segundo os dados divulgados nesta quinta-feira, o resultado de abril é reflexo de um superávit de R\$ 35,295 bilhões do Tesouro Nacional, de um rombo de R\$ 18,702 bilhões na Previdência Social e de um resultado negativo de R\$ 101 milhões do Banco Central (BC).

Em 12 meses, houve déficit primário, de R\$ 646 bilhões – o que representa 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB). A meta de déficit primário do governo central para este ano é de R\$ 247,118 bilhões, mas pela lei 14.143, sancionada em abril, alguns gastos ligados à pandemia não serão contabilizados no cálculo do resultado primário.

A receita líquida total do governo central, por sua vez, registrou alta real de 58,8% em abril, contra o mesmo mês de um ano antes, somando R\$ 139,183 bilhões. Já as despesas totais caíram 34,4% no mesmo período e fecharam o mês somando R\$ 122,691 bilhões.

No quadrimestre, a receita líquida total teve expansão real de 18% ante mesmo período de 2020, somando R\$ 508,302 bilhões. Já as despesas totais caíram 12,2% em termos reais, totalizando R\$ 467,300 bilhões na mesma base de comparação.

Por enquanto, as despesas do governo consumiram 29,5% do teto de gastos.

Os pagamentos somaram R\$ 437,7 bilhões, enquanto o limite para 2021 é de R\$ 1,486 trilhão.

Pelo lado das despesas, o secretário explicou que os gastos de combate à pandemia de covid-19 estão classificados como obrigatórios, porque são financiados por crédito extraordinário. “Excluindo isso, vemos que trajetória da despesa obrigatória está bem comportada”, disse Bittencourt.

A despesa discricionária mantém o padrão pré-pandemia, de redução consistente há bastante tempo, observou. As despesas obrigatórias, emendou, empatam com as receitas líquidas “na melhor das hipóteses”. Isso é observado desde 2015. “Nossa receita líquida foi insuficiente para cobrir obrigatória, mas se descontado gastos de pandemia mantém trajetória anterior.”

O secretário comentou ainda que o déficit da Previdência tem comportamento estável, resultado da reforma da previdência e estabilidade dos fluxos dos servidores públicos.

Investimentos

O governo federal investiu R\$ 2,655 bilhões em abril, o que representa queda real de 13,5% em relação ao mesmo intervalo de um ano antes.

No acumulado de 2021, os investimentos somaram R\$ 5,897 bilhões, uma queda de 62,3% ante mesmo período do calendário anterior.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Dê uma olhada no patrimônio líquido de Juliette hoje

LIFE INDIGO

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

CASH ROADSTER

LINK PATROCINADO

Esta joelheira pode trazer seus joelhos de volta aos 20 anos

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Bota Caterpillar em couro legítimo

Orçamento prevê alta de impostos imediata

No fim de abril Biden propôs elevar a taxa máxima de imposto sobre ganhos de capital de 23,8% para 43,4% para famílias com renda acima de US\$ 1 milhão

Por Dow Jones Newswires

28/05/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O orçamento de US\$ 6 trilhões do presidente Biden presume o início da cobrança retroativa de sua proposta de elevar o imposto sobre ganhos de capital no fim de abril, caso seja aprovado pelo Congresso concordar, segundo duas pessoas a par da proposta.

No fim de abril Biden propôs elevar a taxa máxima de imposto sobre ganhos de capital de 23,8% para 43,4% para famílias com renda acima de US\$ 1 milhão. Assim como mudanças nas regras fiscais para ganhos de capital não realizados mantidos até a morte.

A data para entrada em vigor do imposto mais alto sobre ganhos de capital estaria ligada à proposta de Biden de subir essa alíquota para financiar parte de seu Plano Famílias Americanas, que inclui mais apoio à infância e educação. A Casa Branca não comentou a questão.

O Congresso ainda tem aprovar quaisquer alterações nas alíquotas de impostos e sua vigência retroativa, e preocupação entre alguns parlamentares democratas sobre essa questão.

Ontem, executivos dos seis maiores bancos americanos disseram em audiência no Congresso que mudanças retroativas no imposto sobre ganho de capital assustariam as pequenas empresas e investidores, podendo provocar danos econômicos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Leve sua academia dentro da bolsa

MASSAGEADOR SENSATION

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Doutora: "Jogue os cremes fora! Se você tem rugas no pescoço, faça apenas isso ao acordar"

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Psiu! Você esqueceu seu sérum preenchedor de rugas no carrinho! Corre que dá tempo!

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Juju Salimeni revela segredo para comer 30 ovos por dia sem enjoar

REDSILVER

LINK PATROCINADO

Salvador: Máscara transparente que mostra o sorriso vira moda

CLEARMASK

O GLOBO

Itaú revisa sua projeção para o PIB este ano de 4% para 5%

Para banco, a mobilidade e o consumo de serviços vem se recuperando de forma mais rápida que o esperado. No dia do mercado, dólar opera em baixa com dados da economia americana no radar e Ibovespa tem volatilidade

O Globo

27/05/2021 - 10:51 / Atualizado em 27/05/2021 - 15:48



Itaú Unibanco revisa sua projeção para o PIB este ano de 4% para 5% Foto: Fábio Rossi / Extra

RIO — O Itaú Unibanco revisou sua expectativa para o crescimento do PIB para 2021 de 4% para 5%, nesta quinta-feira. A instituição ainda espera que o PIB cresça 0,6% no primeiro trimestre deste ano em relação aos últimos três meses de 2020,

feitos os ajustes sazonais. O dado será publicado pelo IBGE na próxima terça-feira.

"Após queda em março, a mobilidade e o consumo de serviços vêm se recuperando de forma mais rápida do que esperávamos", destaca o departamento econômico chefiado por Mário Mesquita, em relatório.

Para a equipe de economistas, o crescimento "expressivo" da economia global, com a alta do preço das commodities e o ciclo de estoques do setor industrial ajudam a sustentar a recuperação da atividade econômica.

“Nossa visão para atividade econômica neste início de ano sempre esteve no segmento mais otimista das expectativas de mercado e, como esperávamos, a atividade não sofreu de forma relevante com a redução dos auxílios emergenciais”, ressalta o documento

Dólar em queda

O dólar opera em queda ante o real no pregão desta quinta-feira. No cenário externo, os investidores digerem a segunda leitura do PIB americano no primeiro trimestre e dados de seguro-desemprego no país, enquanto por aqui, o destaque vai para a taxa de desemprego.

Por volta de 15h, a moeda americana era negociada a R\$ 5,25, baixa de 1,04%. A Bolsa, por sua vez, alterna leves altas e baixas desde o início do dia. No mesmo horário, o Ibovespa tinha alta de 0,19%, aos 124.219 pontos.

De acordo com o Departamento do Trabalho, os pedidos de seguro-desemprego totalizaram 406 mil na semana encerrada em 22 de maio, ante os 444 mil registrados na semana anterior.

Um relatório do Departamento do Comércio confirmou o crescimento do PIB no primeiro trimestre de 6,4%, na taxa anualizada, que é a maneira como os EUA costumam divulgar suas estatísticas e que difere do Brasil. Com o ajuste, o crescimento foi de 1,6%, reafirmando o dado divulgado em abril.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) do IBGE, divulgada nesta quinta-feira, no trimestre encerrado em março, a [taxa de desemprego no Brasil chegou a 14,7%](#).

É a maior taxa para a série histórica, iniciada em 2012.

Nesta quinta, o Tesouro Nacional divulgou que as [contas do governo federal fecharam o mês de abril](#) com um resultado positivo de R\$ 16,5 bilhões, acima das expectativas.

O resultado de abril deste ano foi o melhor para esse mês em sete anos, ou seja, desde 2014, quando foi registrado um saldo positivo de R\$ 23,4 bilhões (valor corrigido já pela inflação), de acordo com o Tesouro.

“Acreditamos em uma abertura de viés negativo para ativos locais, que deverão repercutir o fluxo de notícias mais desfavorável em âmbito local e uma abertura fraca no exterior”, escreveram analistas da Guide Investimentos, em relatório matinal.

Ações

Entre as ações, as ordinárias da Petrobras (PETR3, com direito a voto) cedião 0,94% e as preferenciais (PETR4, sem direito a voto), 0,61%.

As ordinárias da Vale (VALE3) avançavam 0,90%, impulsionadas pela recuperação do preço do minério de ferro na Ásia.

As ordinárias da Embraer (EMBR3) lideram as altas, com avanço de 6,05%, recuperando-se das perdas no dia anterior.

Bolsas no exterior

Nos Estados Unidos, as bolsas operam em alta. Por volta de 15h, no horário de Brasília, o índice Dow Jones subia 0,29%. No S&P, a alta era de 0,18%. Em Nasdaq, havia alta de 0,17%.

Na Europa, as bolsas fecharam com sinais contrários. A Bolsa de Londres teve queda de 0,10%. Em Frankfurt, houve baixa de 0,28% e o índice CAC 40, da Bolsa de Paris, subiu 0,69%.

As bolsas asiáticas fecharam com direções contrárias. O índice Nikkei, da Bolsa de Tóquio, terminou com queda de 0,3%. Em Hong Kong, houve baixa de 0,2% e na China, alta de 0,43%.